



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
MESTRADO EM ÉTICA E EPISTEMOLOGIA – MEE

JAAZIEL DE CARVALHO COSTA

A EPISTEMOLOGIA DE LEWIS: UM ESTUDO DO TRATAMENTO DE DAVID
LEWIS AO PARADOXO DA LOTERIA

TERESINA-PI
2012

JAAZIEL DE CARVALHO COSTA

A EPISTEMOLOGIA DE LEWIS: UM ESTUDO DO TRATAMENTO DE DAVID
LEWIS AO PARADOXO DA LOTERIA

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ética e
Epistemologia da Universidade Federal do Piauí -
UFPI como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Carlos Valcarenghi.

TERESINA-PI
2012

TERMO DE APROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO

JAAZIEL DE CARVALHO COSTA

A EPISTEMOLOGIA DE LEWIS: UM ESTUDO DO TRATAMENTO DE DAVID
LEWIS AO PARADOXO DA LOTERIA

Dissertação defendida em _____ de _____ de 2011, considerada
_____ pela banca examinadora do MEE.

Teresina, ____ de _____ de 2012.

Prof. Dr. Emerson Carlos Valcarenghi – UFPI (Orientador)

Prof. Dr. Gerson Albuquerque de Araujo Neto – UFPI (Examinador/MEE)

Prof. Dr. Felipe de Matos Müller – PUC-RS (Examinador externo)

Aos meus pais.

Maria Creuza de Carvalho Costa e Raimundo Pereira Costa (Em memória)

Por terem me ensinado que as pedras que a vida coloca em nosso caminho são o material

Mais adequado para construirmos o alicerce no qual repousam nossos sonhos.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, a qual me ensinou todos os bons valores que me fazem ser o homem que sou hoje, sempre me apoiou em meus estudos, confiou em minhas capacidades e nunca mediu esforços para me ajudar. Aos meus irmãos – Jardel, Natanael e Raquel - que sempre me incentivaram e me apoiaram em tudo que fiz até hoje. À minha amada Jakeline, pela paciência, carinho e apoio.

À Universidade Federal do Piauí – UFPI pela bolsa de estudos (REUNI). A todos os professores do MEE, em especial Emerson, Helder, Luizir e Gerson. Aos colegas de turma pelas boas discussões, conversas e apoio.

Ao meu orientador e amigo, prof. Dr. Emerson C. Valcarenghi, pelo compromisso e dedicação. Nossas discussões foram de fundamental importância para minha formação filosófica e para a construção deste trabalho.

À meu primeiro orientador e também amigo, prof. Ms. José Iran Nobre de Sena, que me introduziu no mundo da pesquisa filosófica. À todos os meus amigos que me apoiaram e torceram por mim nesta odisséia.

Resumo

O presente trabalho é um estudo acerca do Paradoxo da Loteria e da proposta de solução de David Lewis ao mesmo. Em um primeiro momento, buscar-se-á explicitar o *puzzle* em suas duas versões, versão para justificação e versão para conhecimento. Em segundo lugar, exporemos a proposta contextualista de Lewis a partir do *Scorekeeping in a Language Game* e *Elusive Knowledge*, e mostraremos como nosso autor tenta resolver o paradoxo da loteria. Por fim, objetivamos expor a teoria de Lewis a uma bateria de testes argumentativos a fim de avaliá-la, apontando seus pontos fortes e obscuridades.

Palavras-chave: Paradoxo da Loteria; Contextualismo; Relevantismo; Saliência; Regra de Acomodação.

Abstract

The subject of this work is a research about the Lottery Paradox and its solution proposed by David Lewis. Firstly, we wanted to explain the pluzze in its two versions, justification and knowledge, respectively. Secondly, we exposed the Lewis' contextualist proposal from Scorekeeping in a Language Game and Elusive Knowledge, and we exhibited the attempt of the author to solve this paradox. At last, our aim is to do many tests to Lewis' theory in order to do an evaluation, exhibiting its strong points and unclarities.

Key-words: Lottery Paradox; Contextualism; Relevantism; Salience; Rule of Accommodation.

Sumário

Introdução.....	9
1. O paradoxo da loteria	12
1.1. Apresentação do paradoxo.....	12
1.2. Versão do PL para Conhecimento.	14
2. A Teoria do Conhecimento de David Lewis.....	17
2.1. O contextualismo de Lewis.....	17
2.1.1. Conhecimento ordinário, infalibilismo e o contextualismo	23
2.1.2. Regras de Relevância.....	31
2.2. Lewis e o Paradoxo da Loteria	42
2.2.1. O Paradoxo da Loteria e o problema de Gettier.	43
2.2.2. A regra da Semelhança e o Paradoxo da Loteria.....	45
3. Avaliando a Epistemologia de Lewis.....	48
3.1. Paradoxo da Loteria, Ceticismo e Saliência	48
3.2. Dois casos problemáticos para Lewis	61
3.3. Aplicando Lewis na resolução do Paradoxo da Loteria.	64
3.2. Conclusão.....	74
Referências bibliográficas:	77

Introdução

O presente trabalho é um estudo da solução de David Lewis (1941-2001) ao Paradoxo da Loteria, uma vez que tentaremos explicitar e discutir o próprio paradoxo, a teoria deste filósofo, e debater sua proposta de solução ao *puzzle*. Assim, temos em nossas mãos duas silhuetas bastante significativas dentro do cenário epistemológico contemporâneo, a saber, David Lewis e o Paradoxo da Loteria.

Conhecido e considerado no cenário filosófico contemporâneo não só por sua sofisticada ontologia, mas também por suas várias contribuições à filosofia da linguagem, filosofia da mente, metafísica, epistemologia e lógica filosófica, Lewis teve contato com grandes filósofos, tais como Gilbert Ryle, Peter Strawson, John L. Austin e Willard Quine, sendo que o último o orientou em Harvard, universidade na qual concluiu seu PhD em 1967.

Contextualista e adepto da Teoria das Alternativas Relevantes, Lewis tem uma teoria bastante discutida na epistemologia contemporânea. Segundo Nolan, Lewis foi um pioneiro do contextualismo na epistemologia (NOLAN. 2005, p. 174), e seus textos sobre epistemologia continuam despertando o interesse de mais epistemólogos.

Nossa segunda figura é o Paradoxo da Loteria, o qual tem sido largamente discutido por filósofos que compõem o carro-chefe da epistemologia analítica contemporânea. Sua importância é ratificada por Kvanvig no verbete *Epistemic Paradoxes* da *Routledge Encyclopedia of Philosophy* (1998), uma das maiores e mais importante enciclopédia de filosofia a nível internacional, na qual o Paradoxo da Loteria é citado como um dos quatro paradoxos primários da epistemologia.

Esta dissertação compor-se-á de três capítulos:

1. O paradoxo da loteria.
2. A Teoria do Conhecimento de Lewis
3. Avaliando a Epistemologia de Lewis.

É importante salientar que os dois primeiros capítulos são de caráter elucidativos, portanto não se encontrarão críticas ou avaliações neles.

O escopo do primeiro capítulo é apresentar o *puzzle*. Faremos a apresentação do mesmo tomando como base a apresentação de Henry E. Kyburg, a qual é uma versão para justificação. Após apresentarmos a versão para justificação, apresentaremos a versão para conhecimento do paradoxo da loteria, a qual é discutida por David Lewis em seu *Elusive Knowledge*.

No segundo capítulo explicitaremos o funcionamento da teoria do conhecimento de Lewis. Para melhor expor sua teoria, ainda relacionaremos este primeiro artigo com um segundo *paper* importante dele intitulado *Scorekeeping in a language Games* (LEWIS. 1979). Este texto nos será de grande importância, pois é nele que Lewis fundamenta sua teoria contextualista. Utilizaremos este segundo texto para tentar esclarecer alguns pontos obscuros da teoria deste autor. Em seguida, explicitaremos como funciona a epistemologia de Lewis em seu *Elusive Knowledge* – considerado o principal texto de epistemologia de nosso autor – explicando as principais regras de sua teoria e mostrando as relações que existem entre elas. Por fim, mostraremos como sua teoria tenta responder ao paradoxo da loteria.

Feita a exposição do *puzzle* e da teoria de nosso autor, resta-nos testar se sua solução é ou não satisfatória. É no terceiro capítulo que apontaremos nossas críticas à teoria de Lewis. Este é, talvez, o ponto capital deste trabalho, uma vez que poremos a teoria de nosso autor à prova, sendo sempre honestos tanto para admitir quais pontos ferem e quais não ferem a teoria de Lewis. Neste capítulo começamos com uma discussão sobre o Princípio de Fechamento, inicialmente feita por meio do texto de John Hawthorne *Knowledge and Lotteries* (2004), discutindo com autores como Dretske e Nozick. Nesta discussão sobre o princípio de fechamento, também discutiremos um caso lotérico problemático proposto por nosso autor e que trará à tona uma discussão sobre saliência, o caso do Pobre Bill. Em seguida propomos dois casos lotéricos que a teoria de Lewis não é capaz de responder, um proposto por Hawthorne, e outro proposto por Valcarenghi. Após, traremos Cohen para dentro da discussão, o qual nos ajudará a examinar pormenorizadamente a regra da

semelhança de Lewis. Destarte, apontaremos algumas ambiguidades a respeito da regra da semelhança e mostraremos que ela não é central na tentativa de resolução do paradoxo da loteria.

1. O paradoxo da loteria

1.1. Apresentação do paradoxo

Objetivamos, neste primeiro capítulo de nossa dissertação, expor o Paradoxo da Loteria (PL), tentando, na medida do possível, explicá-lo e decompô-lo minuciosamente. Assim este capítulo trará somente uma apresentação do PL em suas duas versões: versão do PL para justificação e versão do PL para conhecimento.

Este paradoxo foi sugerido pela primeira vez por Henry E. Kyburg em 1961¹, desde então ele tem se tornado um dos maiores *puzzles* da epistemologia contemporânea, sendo largamente debatido pela maioria dos epistemólogos analíticos contemporâneos. As teorias mais difundidas e debatidas hoje dentro da epistemologia tentam resolvê-lo, porém apesar de haver semelhanças entre algumas destas teorias, todas as propostas que temos até então diferem uma das outras, mostrando que o debate permanece vivo.

O PL é um argumento dedutivo que sua conclusão aponta que podemos saber contradições, o que por sua vez é absurdo. Este *puzzle* se dá a partir de quatro proposições-chave que, isoladamente, diríamos que são plausíveis, mas ao conjugarmos uma à outra em suas aplicações, temos resultados indesejados. Tais são elas:

1. Princípio da Justificação Probabilística: se é muito provável que uma conclusão é verdadeira, então S está justificado em aceitar aquela conclusão.
2. Princípio de Conjunção para Justificação Doxástica: se S está justificado em aceitar que p é o caso, e S está justificado em aceitar que q é o caso, então S está justificado em aceitar que ambas, $(p \wedge q)$, são o caso.

¹ Cf. (KYBURG. 1961).

3. Princípio da Consistência: S nunca está justificado em aceitar proposições que compreendemos serem logicamente inconsistentes.
4. Princípio de Fechamento para Justificação: se S crê justificadamente que p, e p implica q, então S está justificado em crer que q.

É bom ressaltar que nem todos os autores que discutem o PL defendam que este princípio é de alguma importância para a formulação do paradoxo

Suponha agora que as quatro teses acima são verdadeiras. Vejamos então, a partir de um exemplo, como se dá o PL: Joãozinho decide participar do sorteio de uma loteria não viciada e comprará um ticket para tal, assim Joãozinho torna-se o portador do ticket n° 1. No sorteio, um único ticket será sorteado, e o dono deste levará o prêmio. Tendo esta informação, Joãozinho forma a crença de que t: “algum ticket será sorteado”. Porém Joãozinho pensa que quanto maior for o número de tickets, maior é sua chance de perder. Cem tickets estão em jogo, assim Joãozinho crê justificadamente², a partir de (1) que $\sim t_1$: “o ticket n° 1 não será sorteado”, pois a probabilidade para tal é muito alta. De fato, ele tem boas chances probabilísticas. Ao notar que a probabilidade de qualquer outro ticket não ser o sorteado é igual ao dele, Joãozinho começa então a fazer o mesmo raciocínio para todos os outros tickets. Assim, se Joãozinho possui boa justificação para crer que “o ticket n°1 não será sorteado”, por conta da alta probabilidade de $\sim t_1$, então, pela mesma razão, ele está habilitado a crer que $\sim t_2$: “o ticket n° 2 não será sorteado”; (...); por fim, ele está habilitado a crer que $\sim t_{100}$: “o ticket n° 100 não será sorteado”. Assim, estando Joãozinho justificado na crença de que cada ticket em particular não será o sorteado, Joãozinho faz agora, a partir de (2), a conjunção de todas elas. Ora, a partir de (4), a conjunção de todas elas implica em $\sim t$: “é falso que no mínimo um ticket será sorteado”. A primeira crença formulada por Joãozinho – t “no mínimo um ticket será sorteado” – está em contradição com a última – “é falso que no mínimo um ticket será sorteado” – e ambas as crenças estariam justificadas. O que aparece aqui no final de nosso raciocínio é que Joãozinho parece estar justificado em crer

² Kyburg em sua formulação do Paradoxo da Loteria utiliza a expressão “crença racional”. Devemos lembrar que este termo possui mais de uma acepção, porém o PL é um paradoxo epistêmico. Uma vez que a expressão “crença racional” não está somente ligada a problemas epistêmicos, utilizaremos “crença justificada” em seu lugar.

em proposições logicamente inconsistentes, porém isto entra em contradição com (3), a qual nós tínhamos também suposto ser verdadeira.

Obviamente, o PL envolve casos probabilísticos. Historicamente, o paradoxo é bastante recente, mas David Hume já havia discutido sobre atribuições de conhecimento em casos em que envolvem cálculo de probabilidade. Sobre esse ponto, ele afirmou:

Mas conhecimento e probabilidade são de naturezas tão contrárias e divergentes, que não podem recair insensivelmente um sobre outro, pois não se dividirão, mas serão, ou completamente presentes, ou completamente ausentes.³

Nota-se pelas afirmações de Hume que suas intuições de conhecimento não eram compatíveis com casos que envolvem probabilidade. Para ele, casos de conhecimento estão livres de probabilidade, e igualmente, nos casos em que há probabilidade envolvida, não há conhecimento. Assim, onde um estiver, necessariamente o outro não estará, uma vez que suas naturezas são contrárias.

O problema todo parece se estabelecer em cima da justificação da proposição lotérica, uma vez que ela é verdadeira e o sujeito doxástico tem boas evidências para crer nela, pois a probabilidade trabalha a favor dela. Mas apesar disso, continuamos atribuindo ignorância nos casos onde há probabilidade envolvida.

1.2. Versão do PL para Conhecimento.

A apresentação clássica do PL, apresentada mais acima, feita a partir de Kyburg é uma versão para justificação. Note que aqueles princípios elencados para a formulação do paradoxo são todos princípios de justificação doxástica. Porém há pelo menos duas versões para o Paradoxo da Loteria, uma para justificação e uma para conhecimento.

³ But knowledge and probability are of such contrary and disagreement natures, that they cannot well run insensibly into each other, and that because they will not divide, but must be either entirely present, or entirely absent. In: (HUME, 1960, p. 181). (Tradução nossa.)

Esta dissertação pretende discutir a solução de David Lewis ao PL. Quando nosso autor discute este *puzzle*, o faz em sua versão para conhecimento. Deste modo, faz-se necessária uma apresentação do PL em sua versão para conhecimento.

Em ambas as versões, os princípios são semelhantes, porém os alvos são diferentes. Vejamos:

1. Princípio de Probabilidade para Conhecimento: se é muito probabilisticamente provável que uma proposição é verdadeira, e S crê nela, e ela é verdadeira, então S sabe aquela proposição.
2. Princípio de Conjunção para Conhecimento: se S sabe que p é o caso, e S sabe que q é o caso, então S sabe que ambas, $(p \wedge q)$, são o caso.
3. Princípio da Consistência: S nunca sabe proposições que compreendemos serem logicamente inconsistentes.
4. Princípio de Fechamento para Conhecimento: se S sabe que p , e S sabe que p implica q , então S sabe que q .

Suponha agora que os quatro princípios acima são verdadeiros, e vejamos novamente, a partir de um exemplo, como se dá o PL em sua versão para conhecimento: Joãozinho decide participar do sorteio de uma loteria não viciada e comprará um ticket para tal, assim Joãozinho torna-se o portador do ticket nº 1. No sorteio, um único ticket será sorteado, e o dono deste levará o prêmio. Tendo esta informação, Joãozinho passa a saber que t : “algum ticket será sorteado”. Porém Joãozinho pensa que quanto maior for o número de tickets, menor é a chance de seu ticket ser o sorteado. Cem tickets estão em jogo, assim Joãozinho sabe, a partir de (1), que $\sim t_1$: “o ticket nº 1 não será sorteado”, pois a probabilidade para tal é muito pequena. Ao notar que a probabilidade de qualquer outro ticket não ser o sorteado é igual a dele, Joãozinho começa então a fazer o mesmo raciocínio para todos os outros tickets. Assim, se Joãozinho sabe que “o ticket nº 1 não será sorteado”, por conta da baixíssima probabilidade, então, ele também sabe que $\sim t_2$: “o ticket nº 2 não será sorteado”; (...); por fim, ele sabe que $\sim t_{100}$: “o ticket nº 100 não será sorteado”. Deste modo, sabendo que cada ticket em particular não será o sorteado, Joãozinho faz agora, a partir de (2), a conjunção de todas elas. Ora, pelo

fechamento para conhecimento, a conjunção de todas elas implica em $\sim t$: “é falso que no mínimo um ticket será sorteado”. A primeira crença conhecida por Joãozinho – t “no mínimo um ticket será sorteado” – está em contradição com a última – $\sim t$ “é falso que no mínimo um ticket será sorteado”. Através dos princípios que elencamos no começo, Joãozinho saberia ambas. O que aparece aqui no final de nosso raciocínio é que Joãozinho parece saber aquelas proposições logicamente inconsistentes, porém isto entra em contradição com (3), a qual nós tínhamos também suposto ser verdadeira.

Note que a conclusão da versão para justificação é bastante diferente da conclusão da versão para conhecimento. Na primeira, concluímos que S , o sujeito de atribuição de conhecimento/ignorância, estaria justificado a crer em uma contradição. Esta é uma conclusão bastante diferente do que diz a conclusão do PL em sua versão para conhecimento, a qual conclui que S sabe uma contradição. Se conhecer uma proposição implica que S tenha de estar justificado naquela crença, então a versão do PL para conhecimento é ainda mais abrangente que a versão para justificação, uma vez que sua conclusão afirma que S não estaria apenas justificado em crer em uma contradição, mas que S sabe aquela contradição.

2. A Teoria do Conhecimento de David Lewis.

Neste segundo capítulo focaremos a teoria de Lewis, mostrando como ela funciona e o que dá suporte a ela. Para cumprir tais objetivos, tomaremos por base dois textos de Lewis, a saber: *Scorekeeping in a language game* (1979), e *Elusive Knowledge* (1999). O primeiro é um texto mais genérico⁴ de nosso autor, onde ele argumenta em favor do contextualismo, portanto o tomaremos para explicar somente a parte contextualista de sua teoria do conhecimento. O segundo é um texto específico de epistemologia. Na verdade, este último é o principal texto de epistemologia de Lewis, o qual será o grande foco deste segundo capítulo, uma vez que é nele que encontraremos a resposta de Lewis ao Paradoxo da Loteria (PL).

Nossa estratégia neste capítulo será: 1. Explicitar as bases do contextualismo de Lewis a partir do *Scorekeeping in a Language Game*; 2. Explicitar a proposta de Lewis de análise do conhecimento a partir do *Elusive Knowledge*; 3. Mostrar como a teoria de Lewis tenta resolver o PL.

Antes de tudo, um ponto que deve ser recordado é que Lewis trata da versão do PL para conhecimento. Apesar disso, em alguns pontos do texto trataremos algumas discussões sobre a versão do PL para justificação, uma vez que as discussões cruzam-se.

2.1. O contextualismo de Lewis.

Nesta seção deste segundo capítulo, na qual discutiremos as ligações entre o *Scorekeeping in a language game* e o *Elusive knowledge* através do contextualismo, temos o objetivo de explicitar alguns pontos da parte contextualista da teoria de Lewis, e mostrar como funciona o esquema geral para regras de acomodação.

A exposição deste esquema nos ajudará a mostrar mais a frente neste trabalho que as principais regras de relevância para conhecimento, enunciadas no *Elusive Knowledge*, que Lewis propõe – regra da realidade, regra da crença, regra

⁴ Genérico, pois trata do contextualismo de forma geral, o que mostra que esta não é uma teoria de cunho específico da epistemologia, podendo ser utilizada na linguagem, epistemologia, filosofia da ação, etc.

da semelhança e regra da atenção – são as regras de acomodação do termo conhecimento, as quais deveriam seguir o esquema geral para regras de acomodação propostas por ele naquele primeiro artigo.

O contextualismo, no geral, não é uma teoria epistemológica, mas sim uma teoria semântica mais comum à filosofia da linguagem, a qual explica como termos da linguagem podem mudar de acordo com o contexto em que são declarados. Assim, um único termo pode assumir vários valores, dependendo do contexto: por exemplo, no contexto ordinário piauiense é verdadeiro dizer que alguém de 1,85 m de altura é alto, porém se o contexto fosse de jogadores de basquete, diríamos que esta mesma pessoa é baixa.

Mesmo sendo uma tese semântica, alguns epistemólogos se apropriam desta ideia afirmando que o termo conhecimento é contexto-sensível. Assim, seria possível que, ao mesmo tempo, a proposição “S sabe que p”, no contexto ordinário, seja verdadeira, e no contexto cético esta mesma proposição seja falsa, e não haver contradição nisso.

O título do artigo de Lewis sobre contextualismo – *Scorekeeping in a language game* (algo como “Contando os pontos em um jogo de linguagem”) – sugere que uma conversa ordinária é semelhante a um jogo no qual podemos contar os pontos. Em um jogo qualquer, pontuamos de acordo com as regras, e dependendo da situação do jogo, as partes mudam ou não suas formas de atuação no mesmo. Uma conversa ordinária funciona semelhante, pois nela há regras de conversação que guiam os falantes nas mudanças de contextos conversacionais e dos significados das palavras que são ditas. Lewis expressa isso através de exemplos, e através destes, ele extrai algumas regras conversacionais. Os elementos análogos entre um jogo qualquer e um processo de interação linguística, Lewis chamará de *score*.

Para mostrar como funciona a contagem de pontos numa conversa, Lewis compara o jogo de Baseball com um jogo de linguagem. São cinco os pontos análogos⁵:

⁵ Cf. (LEWIS. 1979, p. 345-346)

1. **Os componentes do score são entidades abstratas.** Exemplo: em um jogo, o *score* é dado em números. No jogo de linguagem o *score* é dado por proposições pressupostas, limites entre o curso permissível e o não-permissível da ação, etc.
2. **O procedimento correto depende do score.** No jogo de linguagem, a aceitabilidade de uma sentença declarada não depende somente de seu valor de verdade, mas também dos componentes do *score* conversacional no estágio da conversação quando elas são declaradas. Exemplo: em um jogo de futebol em que o time A está ganhando do time B, é correto que o time A use uma estratégia mais defensiva, e o time B uma estratégia de ataque. Numa conversação sobre qual o melhor time do Brasil, não seria aceitável a declaração de que o Flamengo é o melhor time do Brasil apenas pela alegação de que ele possui a maior torcida. Mesmo isto sendo verdade, a quantidade de torcedores não conta pontos nesta discussão.
3. **A evolução do score, para mais ou para menos, é governada por regras.** No jogo de linguagem: se no tempo t o *score* conversacional é s , e entre t e t' o curso da conversação é c , então no tempo t' o *score* é s' , onde s' é determinado de certo modo por s e c . Isto é, o *score* conversacional em um dado momento depende do *score* inicial, ou melhor, de onde a conversa partiu e do curso da conversação. Por exemplo: suponha um debate onde o *score* inicial s , em t , é a análise conceito de conhecimento. Durante o debate, a conversa tomou um curso c , tal que em t' o *score* s' do debate seja justificação epistêmica. Em t' não seria admissível um *score* s' em que o debate fosse o conceito de ação moral correta, uma vez que o curso depende tanto do *score* inicial e pelo curso, onde o *score* inicial era a análise do conceito de conhecimento.
4. **As partes poderiam cooperar entre si para que o score tome certa direção, ou poderiam conflitar-se umas as outras para que uma ceda à outra.** Exemplo: na montagem de um quebra-cabeças, não importam quantas pessoas participam da montagem, mas todas elas estão

cooperando entre si para que o mesmo seja completado; já em um jogo de final de campeonato entre Grêmio e Internacional, não haverá cooperação entre as partes para que o jogo tome certa direção. No jogo de linguagem: em uma aula sobre epistemologia, os alunos, juntamente com o professor, poderiam cooperar uns com os outros para chegar à melhor análise do que seria conhecimento; ou, em um debate sobre o mesmo assunto, os palestrantes poderiam divergir sobre se coerência doxástica é ou não relevante para que S saiba que p, e poderiam permanecer atacando os argumentos um do outro sem que alguém ceda.

5. **Na medida em que o score conversacional é determinado, dada a história da conversação e as regras que especificam sua cinemática, essas regras podem ser consideradas como regras constitutivas similares a definições.** Por exemplo: no futebol de campo é proibido qualquer um dos 10 jogadores da linha tocar na bola com as mãos enquanto a bola estiver em jogo e dentro do campo. Esta é uma das regras constitutivas do futebol, e diríamos que a mesma faz parte da definição de futebol, isto é, há algumas regras de jogos que fazem parte da definição do mesmo.

Mesmo havendo estas aproximações, o *score* conversacional é ainda bastante diferente do *score* de um jogo qualquer. O que Lewis quer neste artigo é mostrar que “o *score* conversacional tende a evoluir de tal modo que é exigido tornar tudo o que ocorre contando como procedimento correto.”⁶ Isto é, o *score* se ajusta de modo a contar como correto⁷ tudo o que ocorre na conversação. Além disso, ele sugere que “a maioria dos componentes do *score* conversacional obedecem a regras de acomodação, e essas regras mostram-se notavelmente entre as regras que governam a cinemática do *score* conversacional”⁸. Em outras palavras, a conversa segue regras de acomodação, as quais governam e dão a direção à própria conversa.

⁶ ...conversational score does tend to evolve in such a way as is required in order to make whatever occurs count as correct play. In: (LEWIS. 1979, p. 347)

⁷ O termo correto é utilizado por Lewis não no sentido de que tudo que for dito será posto como verdadeiro, mas correto no sentido de que contará pontos no jogo.

⁸ ...many components of conversational score obey rules of accommodation, and that these rules figure prominently among the rules governing the kinematics of conversational score. In: (LEWIS. 1979, p. 347.)

As regras de acomodação são nada mais nada menos que as diretrizes das mudanças de contexto. São elas que permitem ou não a mudança de um contexto para outro, dizem o que é permitido ou não naquele contexto, etc. Porém, as próprias regras de acomodação são regidas por um esquema geral.

No final das contas, o que nosso autor defende é um esquema geral para as regras de acomodação. A estratégia de Lewis neste artigo é de mostrar a validade do esquema geral através de alguns exemplos de como ele funciona. Para tal feito ele dá vários exemplos deste esquema funcionando em termos tais como: pressuposição, permissão, denotação, etc.

Abaixo temos o esquema geral para regras de acomodação para *score* conversacional:

Se no tempo t alguma coisa é dita que exija o componente S_n do *score* conversacional para ter algum valor na extensão r , se o que é dito está para ser verdadeiro, ou de algum modo aceitável; e se S_n não tem um valor na extensão r antes de t , e se tais condições adicionais se sustentam; então em t o componente-score S_n toma algum valor na extensão r .⁹

Este esquema mostra-nos como, em uma conversa, um determinado componente do *score* conversacional toma algum valor, mesmo não tendo nenhum valor anteriormente. Antes do tempo em que o componente foi exigido, ele não possuía valor algum, porém ao ser exigido, ele toma valor, somente se satisfizer a condição de que aquilo que for dito seja verdadeiro ou ao menos aceitável.

Dentre os vários exemplos que Lewis dá em seu artigo, temos um aplicado à epistemologia. Segundo ele, o “pode” e o “deve” não são frequentemente utilizados como possibilidade absoluta na linguagem ordinária, por exemplo: se alguém lhe pergunta onde seu carro está, e você crê que seu carro está na garagem de sua casa muito bem vigiado pelo segurança de sua confiança que trabalha para você há muitos anos, então você diria que seu carro está na garagem. Neste caso, a possibilidade do seu carro ter sido roubado não é relevante. Logo, naquele momento

⁹ If at time t something is said that requires component S_n of conversational score to have a value in the ranger if what is said is to be true, or otherwise acceptable; and if S_n does not have a value in the range r just before t ; and if such-and-such further conditions hold; then at t the score-component S_n takes some value in the ranger. In: (LEWIS. 1979, p. 347)

esta possibilidade não toma nenhum valor para poder ser considerada como relevante.

Mas se lhe disserem que sua esposa saiu no carro há 15 minutos em direção a uma região de alta periculosidade da cidade, então imediatamente aquela possibilidade toma valor naquele momento e passa a ser uma possibilidade relevante.¹⁰

Considere o próprio exemplo de Lewis:

O epistemólogo do senso-comum diz: “eu *sei* que o gato está na caixa – ele está ali em frente aos meus olhos – eu *não posso* estar errado sobre isso!” O cético responde: “você poderia ser a vítima de um demônio enganador”. Desse modo ele introduz considerações possíveis até agora ignoradas, além do mais o que ele disse poderia ser falso. O limite se estende de tal modo que o que ele diz é verdadeiro. Uma vez que o limite é mudado, o epistemólogo do senso-comum deve admitir a derrota. E ainda mais, ele não estava de modo algum errado quando ele reivindicou ao conhecimento infalível. O que ele disse era verdadeiro com respeito ao *score* como esse então estava.¹¹

No tempo em que o epistemólogo do senso-comum afirma saber a proposição em questão, a possibilidade de você está sendo enganado por um demônio enganador não tem nenhum valor por ainda não ter sido posta em jogo, porém após o cético enunciá-la, e o limite ter se estendido para tornar aquilo verdadeiro, o epistemólogo terá de admitir a verdade da afirmação do cético.

No fim das contas, o que importa, no caso da epistemologia, é como aquela possibilidade que até então não era relevante, passa a ser relevante. Para isso Lewis nos dá as regras de relevância para conhecimento, as quais veremos mais adiante.

¹⁰ Aqui o leitor poderia se perguntar sobre o uso do termo “relevante”, se ele se refere ou não a algo próximo da Teoria das Alternativas Relevantes. O termo “relevância” é utilizado por Lewis em um dos exemplos (LEWIS. 1979, 354-355), e parece sim ser utilizado no mesmo sentido de relevância que é utilizado pelos teóricos do relevantismo, porém Lewis não discute nem menciona o relevantismo neste artigo.

¹¹ The commonsensical epistemologist says: “I *know* the cat is in the carton – there he is before my eyes – I just *can't* be wrong about that!” The sceptic replies: “You might be the victim of a deceiving demon”. Thereby he brings into consideration possibilities hitherto ignored, else what he says would be false. The boundary shifts outward so that what he says is true. Once the boundary is shifted, the commonsensical epistemologist must concede defeat. And yet he was not in any way wrong when we laid claim to infallible knowledge. What he said was true with respect to the score as it then was. In: (LEWIS. 1979, p. 355)

Importa notar aqui que aquilo que será dito não precisa ser verdadeiro, basta que seja aceitável para que possa tomar valor naquela extensão. Mais à frente discutiremos as Regras de Relevância que Lewis formula para conhecimento, e ao vê-las, notaremos que elas seguem este esquema geral para regras de acomodação. As Regras de Relevância para conhecimento nos dirão quais possibilidades são relevantes e quais são irrelevantes, isto é, nos mostrarão como um componente toma valor em uma extensão, e para isto elas apelarão ou para a verdade da possibilidade, ou para a aceitabilidade daquela possibilidade para mostrar sua relevância ou irrelevância.

Como afirmado e explicado mais acima, Lewis é um contextualista, e aplica este contextualismo também à sua epistemologia. Ao aplicá-lo, em seu *Elusive Knowledge*, Lewis formula algumas regras que ele chama de Regras de Relevância, se valendo assim da Teoria das Alternativas Relevantes (TAR). É através destas regras de relevância que Lewis tenta resolver o paradoxo da loteria e outros problemas dentro da epistemologia.

2.1.1. *Conhecimento ordinário, infalibilismo e o contextualismo*

Lewis começa o *Elusive Knowledge* apelando para nosso conhecimento ordinário, para o fato de que nós sabemos muitas coisas. Chega a afirmar que sabemos melhor qualquer proposição ordinária do que qualquer premissa de um argumento filosófico contrário, e a isto ele chega a dar o nome de “fato mooreano”. Entretanto, ao engajarmos na epistemologia, a qual se propõe uma tarefa de analisar o conceito de conhecimento, parece que tudo aquilo que sabíamos se esvai em um piscar de olhos.

Isto ocorre porque o argumento cético apela ao infalibilismo, uma tese que afirma que S sabe que p somente se S eliminar todas as possibilidades em que p é falsa. Isto é, afirma que o conhecimento deve ser infalível. Esta tese geralmente é advogada pelo cético, porque dela facilmente extraímos conclusões de ignorância. Dizendo isso o cético está defendendo que não é possível saber que p havendo alguma alternativa não eliminada em que $\sim p$. Assim o cético apela para as alternativas mais artificiais possíveis, alternativas que não somos capazes de

eliminar – cérebros em cubas, matrix, gênio maligno, solipsismo, etc. Na verdade, estas são as principais alternativas céticas, mas se olharmos direito ao nosso redor, e deixarmos nossas paranóias nos guiar, teremos muitas outras hipóteses diferentes, as quais também não seríamos capazes de eliminar. Se o cético estiver certo em afirmar que o conhecimento é infalível, então aquele fato mooreano, de que nós sabemos muitas coisas, deveria ser falso.

Uma alternativa seria correr para o falibilismo, a tese de que apesar de não podermos eliminar todas as alternativas possíveis, nós sabemos uma porção de coisas. Sem dúvida, o falibilismo seria uma melhor escolha do que o ceticismo, uma vez que seria menos trabalhoso assumi-lo. Porém nosso autor pensa que seria melhor se esquivar desta escolha, e faz isso. No entanto, ao fugir desta última escolha, “nós estaremos de modo alarmante próximos da rocha, e também de modo alarmante próximos do redemoinho, mas se nós guiarmos com cuidado, nós podemos – simplesmente – escapar de ambos” ¹²

Talvez a culpa seja da própria epistemologia, uma vez que antes de entrar neste exame filosófico-sistemático do conhecimento o “fato mooreano” tinha sua verdade incontestada. Veja a acusação nas palavras do próprio Lewis:

Talvez a epistemologia seja a culpada. Talvez este extraordinário passatempo roube-nos nosso conhecimento. Talvez nós sabemos muito em nossa vida cotidiana; mas talvez quando olhamos rigorosamente para o nosso conhecimento, ele se vai. Mas somente quando o olhamos mais rigorosamente do que o fazemos de modo sensato no cotidiano; somente quando nós deixamos nossas fantasias paranóicas seguir em frente. Isto é, quando nós somos forçados a admitir que sempre há possibilidades de erro não eliminadas, então nós temos ou conhecimento falível, ou nenhum.¹³

Como a epistemologia se propõe a analisar o conceito de conhecimento, e tal análise deve ser verdadeira em todos os mundos possíveis, então o epistemólogo não pode se dá o luxo de se esquivar ou de não considerar as hipóteses céticas,

¹² We will alarmingly close to the rock, and also alarmingly close to the whirlpool, but if we steer with care, we can – just barely – escape them both. In: (LEWIS. 1999, p. 420)

¹³ Maybe epistemology is the culprit. Maybe this extraordinary pastime robs us of our knowledge . Maybe we do know a lot in daily life; but maybe when we look hard at our knowledge, it goes away. But only when we look at in harder than the sane ever do in daily life; only when we let our paranoid fantasies rip. That is when we are forced to admit that there always are uneliminated possibilities error, so that we fallible knowledge or none. In: (LEWIS. 1999, p. 420)

assim, a epistemologia destrói seu próprio objeto de estudo, o conhecimento. Por isso o nome do artigo de nosso autor ser *Elusive Knowledge* (algo como “Conhecimento Elusivo” ou “Conhecimento de difícil acesso”), sugerindo que o conhecimento se esquia facilmente, que o acesso a ele parece ser difícil.

Lewis propõe uma resposta contextualista a todas estas questões. É notável que muitas coisas que nós dizemos diariamente são, de algum modo, contextodependentes. Indexicais como pronomes – “você”, “ele”, “isto”, “aquilo”, etc – são exemplos de termos contextodependentes. Outra classe de termos contextosdependentes são os adjetivos de grau, de massa e de intensidade – “alto”, “plano”, “grande”, etc. Por exemplo: João é jogador de futebol e possui 1,85 m de altura, portanto é alto. Porém, se João fosse jogador de basquetebol seria considerado baixo. Os padrões para avaliar a altura de João nos dois casos são diferentes. Como diz Lewis, “diferentes contextos evocam padrões de avaliação diferentes” (LEWIS. 1999, p. 420)

Ao discutir a contexto-dependência, Souza forneceu o seguinte caso:

Vamos ilustrar a idéia de contexto-dependência a partir do clássico da literatura inglesa “*Travels into Several Remote Nations of the World*” do irlandês Jonathan Swift. No Brasil o livro é conhecido como “As Viagens de Gulliver”. Neste livro Swift conta a história das passagens de Gulliver por vários, e diferentes, países. Um dos países visitados por Gulliver foi a ilha de *Lilliput* cuja população era composta por homens minúsculos. Lá ele era considerado um gigante. Em outro país, *Brodbingnag*, a população era composta por pessoas enormes. Era o país dos gigantes. Lá, obviamente, Gulliver era considerado muito pequeno. Em ambas as localidades a estatura do viajante criado pelo escritor irlandês era a mesma. O que então fez com que ele fosse considerado gigante em um lugar e minúsculo no outro? A resposta é que cada localidade, isto é, cada contexto, utiliza um padrão atributivo distinto para determinar o quão grande e quão pequeno são os seus habitantes. Podemos afirmar verdadeiramente, sem contradição, acerca de Gulliver, que ele é gigante e minúsculo a depender de quem atribui-lhe tal conceito. Essa parece ser a intuição básica dos filósofos contextualistas dos quais Lewis é um dos mais proeminentes.... (SOUZA. 2011, p. 60)

A conclusão que extraímos do exemplo é que podemos afirmar que Gulliver é um gigante e que ele é minúsculo, sem que haja contradição em nossa fala. Para isto, basta explicarmos que as duas declarações são feitas em contextos diferentes, os quais possuem padrões de avaliação diferentes.

Lewis crê que as atribuições de conhecimento também são contextodependentes, assim:

(...) talvez a epistemologia seja um contexto que as torne falsa. Então a epistemologia seria uma investigação que destrói seu próprio objeto. Se for assim, o argumento cético poderia ser impecável, quando nós engajamos na epistemologia – e somente.¹⁴

Anteriormente, a epistemologia tomava a justificação tradicional – aquela em que o sujeito tem de prover um argumento em favor de sua crença – como o elemento que distingue conhecimento de crença verdadeira por mero acidente. Esta tese já foi bastante discutida, uma vez que é possível que S saiba que p, sem que possua nenhum argumento em seu favor. Por exemplo, uma criança de cinco anos de idade pode saber que seu pai é do sexo masculino, mesmo que não seja capaz de oferecer nenhum argumento em prol disto. Porém, mesmo assim a justificação – agora em um sentido bem mais amplo do que o tradicional – tem sido tomada como o elemento que é responsável pela sensibilidade do conhecimento. Deste modo, no contexto ordinário – onde os padrões de justificação são frouxos – S sabe que p, já no contexto cético – onde os padrões de justificação são elevados – sabemos muito pouco, ou mesmo, nada.

Para Lewis, justificação não é suficiente nem necessária para conhecimento (Cf. LEWIS. 1999, p. 421-422). É importante observar aqui que quando Lewis afirma isto, ele se refere a justificação no sentido tradicional, aquela em que é exigido do indivíduo um argumento em prol de sua crença. Aqui é preciso falar de uma distinção que Lewis se utiliza, porém não fala dela. A distinção que falamos é entre os dois sentidos de justificação, a saber: justificação no sentido tradicional e justificação no sentido não-tradicional. Quando ele fala que justificação não é nem suficiente, nem necessária para conhecimento, ele está afirmando da justificação no sentido tradicional. A justificação tradicional é aquela em que o sujeito tem que fornecer um argumento em prol de suas crenças. Este tipo de exigência é forte demais, uma vez que trata casos de conhecimento como casos de ignorância.

¹⁴ (...) maybe epistemology is a context that makes them go false. Then epistemology would be a investigation that destroys its own subject matter. If so, the sceptical argument might be flawless, when we engage in epistemology – and only then! In: (LEWIS. 1999, p. 420)

Assim, segundo os que defendem justificação no sentido tradicional, o caso abaixo seria de ignorância: S formou a crença de que “chove” quando estava na janela observando a chuva cair. S possui evidências perceptíveis para crer que está chovendo, porém não é capaz de formular um argumento em favor de sua crença. Assim, por não ser capaz de formular um argumento, S não sabe que chove, diria o defensor da justificação tradicional.

Para mostrar que justificação não é suficiente nem necessária para conhecimento, ele se utiliza do caso da loteria para mostrar que justificação não é suficiente para conhecimento, uma vez que não importa quão grande é o número de tickets concorrentes, você não sabe que perderá na loteria, mesmo que sua crença seja verdadeira. Não há justificação boa o suficiente para tornar sua crença falível em conhecimento.

Antes de responder qual elemento é o responsável pela mudança contextual, Lewis discutirá o infalibilismo e tentará mostrar sua ligação com o contextualismo. Como ele proporá o infalibilismo do conhecimento, terá de defender que para que S saiba que p, S terá de eliminar todas as possibilidades na qual p é falsa. Ora, é desta maneira que o cético chega à conclusão de que não é possível saber que p. Mas não é bem assim que funciona na proposta de Lewis.

Segundo a definição de nosso autor:

O sujeito S sabe a proposição P, se, e somente se, P sustenta-se em todas as possibilidades não eliminadas deixadas pela evidência de S; equivalentemente, se, e somente se, a evidência de S elimina todas as possibilidades em que não-p.¹⁵

A partir da definição, para S saber que p, necessariamente, a evidência de S tem que eliminar todas as possibilidades em que p é falsa, e naquelas possibilidades em que p é falsa e a evidência de S não é capaz de eliminá-la – como ocorre nas possibilidades levantadas pelo cético – p ainda assim, tem de se sustentar.

¹⁵ Subject S knows proposition P iff P holds in every possibility left uneliminated by S's evidence; equivalently, iff S's evidence eliminates every possibility in which not-P. In: (LEWIS. 1999, p. 422)

Primeiramente, há uma possibilidade que, de fato, ocorre, chamamos esta de realidade. Assim, “...uma possibilidade *W* é *não-eliminada*, se, e somente se, a experiência perceptual e memória do sujeito em *W* assemelha-se exatamente a sua experiência perceptual e memória na realidade”¹⁶. Como ocorre nos cenários céticos, a possibilidade em questão não é eliminada por se assemelhar bastante à possibilidade real, destarte, seja na realidade ou no cenário cético, *S* formaria a mesma crença.

Mas quando a evidência de *S* elimina uma possibilidade? Lewis responde:

Quando a experiência perceptual *E* (ou memória) elimina uma possibilidade *W*, não é porque o conteúdo proposicional da experiência conflita com *W*. (...) Ao invés disso, é a existência da experiência que conflita com *W*: *W* é uma possibilidade na qual o sujeito não está tendo a experiência *E*. (...) Deixe *E* ter conteúdo proposicional *P*. (...) Então eu digo que *E* elimina *W* se, e somente se, *W* é uma possibilidade na qual a experiência ou memória do sujeito tem conteúdo diferente de *P*. Eu *não* digo que *E* elimina *W* se, e somente se, *W* é uma possibilidade na qual *P* é falsa.¹⁷

Aqui temos de ter bastante cuidado, há muitas sutilezas neste trecho. Primeiro: *E* não elimina *W* porque o conteúdo proposicional conflita com *W*, pois poderia ser o caso que o conteúdo proposicional de *E* conflite com *W*, mas que o conteúdo proposicional de *W* seja o mesmo que *p*. Por exemplo: suponha que *E* seja a experiência perceptual de que há uma cafeteira preta em minha frente, e que o conteúdo proposicional de *E* seja que “há uma cafeteira em minha frente”. Suponha agora que *W* seja o mundo em que há uma cafeteira vermelha em minha frente e que o conteúdo proposicional de *W* seja que “há uma cafeteira em minha frente”. O conteúdo proposicional de *E* conflita com *W*, porém as duas experiências possuem conteúdos proposicionais iguais, logo *E* não eliminaria *W*.

¹⁶ (...) a possibility *W* is *uneliminated* iff the subject’s perceptual experience and memory in *W* exactly match his perceptual experience and memory in actuality. In: (LEWIS, p. 424) (grifos do autor)

¹⁷ When perceptual experience *E* (or memory) eliminates a possibility *W*, that is not because the propositional content of the experience conflicts with *W*. (...) Rather, it is the existence of the experience that conflicts with *W*: *W* is a possibility in which the subject is not having experience *E*. (...) Let *E* have propositional content *P*. (...) Then I say that *E* eliminates *W* iff *W* is a possibility in which the subject’s experience or memory have content different for *P*. I do *not* say that *E* eliminates *W* iff *W* I a possibility in which *P* is false. In: (LEWIS, p. 424-425) (grifos do autor)

Segundo: é falso que E elimina W se, e somente se, W é uma possibilidade na qual p é falsa. Ora, suponha W como um cenário cético. Lembremos que o conteúdo proposicional de E é P. Sendo assim, em W, P é falso, e E não eliminaria W.

Deste modo, E elimina W, necessariamente, se W é uma possibilidade na qual a experiência ou memória do sujeito tem conteúdo diferente de P. É o conteúdo proposicional de E e W que importa para a eliminação de W. Se o conteúdo proposicional de W diferir do conteúdo proposicional de E, então E elimina W. Suponha que o conteúdo proposicional de E seja que “estou pilotando uma *Ducati Street Fighter*”, e que em W eu esteja pilotando uma Honda Biz. Claramente os conteúdos proposicionais de E e W são diferentes, logo P sendo verdadeira, E elimina W. Se W fosse um cenário cético, o conteúdo proposicional dela seria igual ao de E, logo E não eliminaria W.

Após explicar o que é uma alternativa não eliminada e uma alternativa eliminada, Lewis introduzirá o relevantismo. Relembrando a definição, para que S saiba que p, a evidência de S tem que eliminar todas as possibilidades em que p é falsa. Porém o termo “todo” é sempre confinado a um domínio limitado, o que mostra que este é um termo indexical. Como exemplo, considere o seguinte caso.

Caso da palestra de epistemologia: suponha que um grupo de estudantes está em um corredor da Universidade Estadual do Piauí, no qual há várias salas. Eles procuram a sala onde supostamente estaria ocorrendo uma palestra de epistemologia analítica, porém não sabem eles que a programação foi mudada, e que a palestra está ocorrendo naquele mesmo momento em uma das salas da Universidade Federal do Piauí. Perdidos, os estudantes saem abrindo as portas uma a uma na tentativa de encontrar a sala da palestra, porém o que eles encontram são apenas salas vazias. Ao verificarem todas as salas, Joãozinho diz para o resto da turma: todas as salas estão vazias. Obviamente Joãozinho não está afirmando que todas as salas que existem no universo neste exato momento estão vazias, isto seria falso, uma vez que há pelo menos uma sala que não está vazia, a saber, a sala em que está ocorrendo a palestra.

Se um dos alunos dissesse a Joãozinho que é falso que todas as salas estão vazias, e mostrasse a ele uma vídeo-conferência sobre Botânica que estivesse ocorrendo em uma sala da Universidade de Notre Dame, Joãozinho provavelmente pensaria que aquilo se trata de uma piada, uma vez que o domínio da afirmação de Joãozinho se restringia às salas da Universidade Estadual do Piauí, e não a todas as salas de todas as universidades. As salas fora do domínio estabelecido são *irrelevantes* para determinar a verdade do que foi dito.

2.1.1.1. *Ignorando de modo apropriado a uma alternativa*

Lewis também é defensor da Teoria das Alternativas Relevantes (TAR). A TAR de Lewis afirma que para que S saiba que p , a evidência de S não precisa eliminar todas as alternativas em que p é falsa, mas eliminar apenas as alternativas relevantes em que p é falsa. A evidência de S não precisa excluir as alternativas¹⁸ que não são relevantes, uma vez que podemos “ignorar-las propriamente”.

Assim, para restringir o domínio das afirmações, Lewis propõe algumas cláusulas *sotto voce*. Tais cláusulas terão de fechar as possibilidades epistêmicas à apenas as alternativas que são relevantes. Mas antes de explicitar estas cláusulas, devemos explicitar o que Lewis chama de “ignorar propriamente” uma alternativa. Como afirma nosso autor, “ S sabe que P se, e somente se, a evidência de S elimina toda possibilidade na qual não- P – Psiu! – exceto aquelas possibilidades que nós estamos propriamente ignorando”.¹⁹

As cláusulas nos dirão quais alternativas nós não podemos propriamente ignorar, e quais nós não podemos propriamente ignorar, mas o que é ignorar propriamente uma alternativa? Em resposta, Lewis argumenta:

Digamos que nós *pressupomos* Q se, e somente se, nós ignoramos todas as possibilidades na qual não- Q . Para fechar o círculo: nós *ignoramos* apenas aquelas possibilidades que falsificam nossas pressuposições. Pressuposição *própria* corresponde, claro, a ignorar propriamente. Então S

¹⁸ Em alguns momentos do texto o leitor encontrará “possibilidade”, e em outros encontrará “alternativa”. Estes termos são utilizados por Lewis como sinônimos. Assim, uma alternativa relevante é possibilidade relevante, e vice-versa. Estes termos são intercambiáveis.

¹⁹ S knows that P iff S 's evidence eliminates every possibility in which not- P – Psst! – except for those possibilities that we are properly ignoring. In: (LEWIS. 1999, p. 425)

sabe que P se, e somente se, a evidência de S elimina toda possibilidade na qual não- P – Psui! – exceto aquelas possibilidades que conflitam com nossas pressuposições apropriadas.²⁰

Note que ignorar propriamente uma possibilidade tem haver com pressupor propriamente algo. Por vezes pressupomos algumas proposições. No caso da palestra de epistemologia, Joãozinho tinha pressuposto que a palestra estava ocorrendo naquele momento em uma sala da Universidade Estadual do Piauí. Esta pressuposição, não só fecha o domínio do termo “todo” utilizado por Joãozinho, mas também diz quais as possibilidades que ele está habilitado a ignorar propriamente. Assim, ele estava habilitado a ignorar propriamente que a palestra estava ocorrendo em Singapura, ou que ela foi adiada.

Se no contexto ordinário é pressuposto que sabemos muitas proposições, então qualquer alternativa cética radical que venha negar isto, pode ser propriamente ignorada. Deste modo, se S encontra-se no contexto ordinário, então S está habilitado a ignorar propriamente a alternativa de que ele poderia estar sendo enganado por um gênio maligno, pois no contexto ordinário é pressuposto que nós sabemos muitas proposições, tal como “estou sentado em uma cadeira”.

Em outras palavras, aquelas alternativas que não são relevantes, podem ser propriamente ignoradas, já as alternativas relevantes nós não podemos ignorá-las propriamente. Mas o que nós poderíamos pressupor propriamente? Quais alternativas nós não podemos ignorar propriamente? E quais, afinal, são relevantes? Para responder estas perguntas, Lewis nos dá algumas regras, as quais veremos na próxima seção.

2.1.2. Regras de Relevância

É através de algumas regras de acomodação para conhecimento, ou regras de relevância, que Lewis fechará sua proposta. É também através delas que ele tentará resolver o paradoxo trabalhado no primeiro capítulo de nossa dissertação.

²⁰ Say that we *presuppose* proposition Q iff we ignore all possibilities in which not- Q . To close the circle: we *ignore* just those possibilities that falsify our propositions. Proper presupposition corresponds, of course, to proper ignoring. Then S knows that P iff S 's evidence eliminates every possibility in which not- P – Psst! – except for those possibilities that conflict with our proper presuppositions. In: (LEWIS. 1999, p. 426)

Somente após explicar as regras e como funciona sua teoria, explicitaremos como ele se vale destas para resolver o Paradoxo da Loteria.

Ainda aqui, faremos a ligação de cada uma destas regras com o esquema geral para regras de acomodação, tentando mostrar que as principais regras de relevância da teoria de Lewis – regra da realidade, regra da crença, regra semelhança e regra da atenção – seguem aquele esquema geral para regras de acomodação descrito no *Scorekeeping in a language game*. As regras de relevância que descritas mais abaixo nos mostrarão como um componente toma valor em uma extensão. Para isso, elas apelarão ou para a verdade da possibilidade, ou para a aceitabilidade daquela possibilidade para mostrar sua relevância ou irrelevância. Ao mostrar que estas regras de relevância apelam de algum modo para a verdade ou a aceitabilidade de uma possibilidade, mostra-se que ela está de acordo com aquele esquema geral.

As regras têm o objetivo de dizer o que é relevante e o que não é relevante. As regras de acomodação para conhecimento, trabalhadas por Lewis, são divididas em três tipos:

1. Regras proibitivas – as quais dizem que alternativas não podem ser propriamente ignoradas. Tais são elas: regra da realidade, regra da crença e regra da semelhança.

2. Regras permissivas – as quais dizem quais proposições nós podemos pressupor propriamente. Tais são elas: regra da confiabilidade, regra do método e regra do conservantismo.

3. Regras restritivas. Estas se restringem a somente uma: regra da atenção.

2.1.2.1. *Regra da Realidade*

Da análise do conceito de conhecimento extraímos que ele implica, pelo menos, crença verdadeira. Embora Lewis não inclua “diretamente” a verdade em sua teoria, esta primeira regra aponta para o que na análise tripartite de conhecimento é chamado de verdade.

A primeira regra definida por nosso autor é a regra da realidade, a qual afirma o seguinte: “A possibilidade que realmente ocorre nunca é propriamente ignorada; a realidade é sempre uma alternativa relevante; nada falso poderia ser propriamente pressuposto.”²¹ Como nada falso poderia ser pressuposto, Lewis não precisa incluir o conceito de verdade em sua definição de conhecimento.

Aqui, algumas confusões devem ser evitadas. Quando falamos que a possibilidade real sempre é relevante, poderia ser perguntado: qual realidade, a do sujeito ou a do atribuidor? Há de se diferenciar dois casos possíveis: casos em que atribuidor e sujeito estão no mesmo mundo e casos em que eles estão em mundos diferentes.

No primeiro caso temos um tipo de confusão – geralmente feita por leigos, por isso Lewis afirmar que é uma confusão boba (*silly*) – que é confundir verdade e crença, por exemplo: ao explicar a hipótese cética dos cérebros em cubas, falamos da possibilidade de S estar sendo induzido por cientistas através de impulsos eletro-químicos para ter a experiência de que tem mãos. A hipótese toda é feita para chegar à conclusão de que o indivíduo em questão não sabe que ele tem mãos. Porém, às vezes é comum algumas pessoas dizerem: “mas aquela é a realidade dele, e nela, ele tem mãos”. Claramente esta é a confusão que Lewis se refere. No caso acima, o indivíduo que retrucou está confundindo o que é acreditado, com o que é verdadeiro. A verdade é que aquele indivíduo só possui cérebro, e mais nenhum outro membro. Neste caso só existe um mundo real, portanto atribuidor e sujeito estão no mesmo mundo.

Por outro lado, há casos em que o mundo do atribuidor é diferente do mundo do sujeito. “Alguém poderia ou não saber quem ele é; alguém poderia ou não saber que hora é.”²² Por isso Lewis tinha insistido que dentre as proposições que podem ser conhecidas, há as proposições *de se et nunc* – de si e de agora (Cf. LEWIS. 1999, p. 423, 427).

²¹ The possibility that actually obtains is never properly ignored; actuality is always a relevant alternative; nothing false may properly be presupposed. In: (LEWIS. 1999, p. 426-427)

²² Someone may or may not know who he is; someone may or may not know what time it is. In: (LEWIS. 1999, p. 427)

Por exemplo: não li o jornal de ontem, se eu o tivesse lido, provavelmente eu saberia de coisas que hoje eu não sei. Assim, me pergunto: o que eu saberia se eu tivesse lido o jornal de ontem? Note que por se tratar de eu mesmo (S'), no mundo atual em que não li o jornal, e de eu mesmo (S''), no mundo em que li o jornal, há de se convir que os dois sujeitos estão em mundos diferentes. Mesmo que se insistisse que S' e S'' são o mesmo sujeito, deve-se concordar que S' está considerando a si mesmo como ele não é aqui, portanto está considerando-se em outro mundo possível.

No fim das contas, o que nosso autor sugere é que nos casos em que este problema se faz, deve-se ser considerada a realidade do sujeito de atribuição de conhecimento/ignorância, e não a do atribuidor de conhecimento/ignorância. Assim, é a realidade do primeiro que nunca pode ser propriamente ignorada, pois nos casos em que os mundos de atribuidor de conhecimento/ignorância e de sujeito de conhecimento/ignorância são diferentes, nada importa para o sujeito se o mundo do atribuidor é de tal e tal modo, uma vez que, de partida, os mundos já são diferentes.

Recordando aqui o esquema geral para regras de acomodação, vemos que a regra da Realidade segue aquele esquema. Observe que segundo o esquema, se um componente ainda não possui valor na conversação, basta que, no momento de sua enunciação, ele seja ou verdadeiro ou aceitável. A realidade sempre é verdadeira. Assim, ela não precisa nem ser enunciada para que tome valor, pois por ser verdadeira, automaticamente ela toma valor.

2.1.2.2. *Regra da Crença*

A segunda regra é a da crença, e diz que:

Uma possibilidade que o sujeito acredita que ocorre não é propriamente ignorada, esteja ele correto ou não em crer. Tampouco é (propriamente

ignorada) uma (possibilidade) que ele deve acreditar ocorrer, – uma que as evidências e argumentos o justificam a crer – se ou não ele assim o faz.²³

Esta regra diz que o sujeito não pode propriamente ignorar as possibilidades nas quais ele crê que ocorrem, ou que pelo menos ele deveria acreditar que ocorrem, se suas evidências e argumentos o justificam na crença daquela possibilidade.

Esta primeira parte da regra é bastante clara e não necessita de muitos esclarecimentos. A segunda parte da regra diz que S não pode propriamente ignorar uma possibilidade que ele deve acreditar devido a suas evidências e argumentos. Há casos em que S possui evidências para crer que p, porém por algum motivo, S não forma a crença de que p, ou até mesmo crê que não-p. Esta segunda parte da regra serve para regular estes casos. Há uma piada que ilustra bem: Manoel possui uma esposa que constantemente o trai, e um dia um amigo de confiança lhe dá esta informação. Manoel então finge que vai ao trabalho e volta antes da hora para flagrá-la. Ao chegar para casa, ele nota que há outro homem em casa. Ele procura em todos os cômodos da casa e não encontra ninguém. Ele a pergunta se tem mais alguém na casa, e ela responde que sim, afirmando que se trata do rapaz da dedetizadora que veio acabar com a praga dos cupins, ao abrir o guarda-roupa, lá está o rapaz, desconfiado, encolhido e nu. Ele olha para o rapaz e diz, “nossa, os cupins já comeram até a roupa do rapaz”. Neste caso, Manoel possui boas evidências e argumentos para crer que sua esposa estava traindo-o com o rapaz que estava no armário, sendo ele ou não o dedetizador. Assim, ele não poderia ignorar propriamente que o rapaz no armário trata-se do amante de sua esposa, pois segundo a regra da crença ele deve acreditar nesta possibilidade por conta das evidências que possui.

Mas também é interessante observar que crenças são dadas em graus, por exemplo: sua crença de que está lendo um texto de epistemologia neste momento é de um grau maior do que sua crença de que seu carro, que está distante de você neste momento, não foi roubado. O grau em que você crê na primeira é bem maior

²³ A possibility that the subject believes to obtain is not properly ignored, whether or not he is right to so believe. Neither is one that he ought to believe to obtain – one that evidence and arguments justify him in believing – whether or not he does so believe. In: (LEWIS. 1999, p. 428)

do que sua crença na segunda. Mas isto não basta, a regra também precisa ser complementada: “uma possibilidade não poderia ser propriamente ignorada se o sujeito dá a ela, ou deve dar a ela, um grau de crença que é suficientemente alto, e alto não apenas porque a possibilidade em questão é não específica.”²⁴

Quão alto é “suficientemente alto”? Segundo Lewis, isto dependerá do que está em jogo, ou seja, do risco que S está correndo. Assim, quando o erro é desastroso, poucas possibilidades seriam propriamente ignoradas, quando não, o número de possibilidades propriamente ignoradas aumenta. Lewis exemplifica isto com os membros de um júri: os jurados sabem que o acusado é culpado, somente se sua culpa foi provada para além das dúvidas razoáveis. No caso dos membros do júri, errar num julgamento seria muito desastroso, por isso poucas possibilidades são propriamente ignoradas.

Há outro ponto que é interessante notar. Lewis permite conhecimento sem crença, o que parece ser estranho à primeira vista. Para isto Lewis dá o caso do estudante tímido que sabe uma resposta, porém não tem confiança de está correto, e não crê no que ele sabe. Este tipo de caso é explicado por aquela segunda parte da regra da crença que discuti mais acima. Neste caso, o aluno tímido não crê, mas deve crer que ele sabe aquela resposta. (Cf. LEWIS. 1999, p. 429). Lewis afirma que este é um caso em que S sabe que p, porém não crê que p.

Recordando o esquema geral para regras de acomodação, vemos que a Regra da Crença também segue àquele esquema. Observa-se que quando o sujeito passa a crer em uma proposição, ela passa a ser relevante, isto é, a crença do indivíduo naquele proposição já suficiente para que ela seja aceitável. Assim, mesmo que p seja falsa, por S crer que p, ela é aceitável. A segunda parte da Regra da Crença diz que uma possibilidade que o sujeito deveria acreditar também não pode ser propriamente ignorada. Ora, uma possibilidade que S deveria acreditar é de algum modo aceitável, uma vez que se ele deveria acreditar nela porque as evidências contam a favor dela. Destarte, a Regra da Crença não foge ao esquema geral para regras de acomodação.

²⁴ A possibility may not be properly ignored if the subject gives it, or ought to give it, a degree of belief that sufficiently high, and high not just because the possibility in question is unspecified. In: (LEWIS. 1999, p. 428)

2.1.2.3. Regra da Semelhança

Depois da regra da crença, há a regra da semelhança, segundo a qual:

Suponha uma possibilidade salientemente semelhante a outra. Então, se uma delas não poderia ser propriamente ignorada, tampouco poderia a outra. (Ou melhor, nós deveríamos dizer que se uma delas não poderia ser propriamente ignorada *em virtude de outras regras do que esta regra*, então nem poderia a outra. De outro modo, nada poderia ser ignorado; porque passos bastante pequenos de semelhança podem levar-nos de qualquer lugar a qualquer lugar.)²⁵

Esta talvez seja a regra mais complicada da teoria de Lewis, e talvez a mais obscura – ele mesmo adverte que deve ser aplicada com cuidado. É através dela que nosso autor pretende resolver o PL.²⁶

Observe que Lewis enuncia que se uma possibilidade é salientemente semelhante à outra, e uma delas não pode ser propriamente ignorada, então a outra também não poderá ser, mas logo após faz uma correção, uma vez que da forma como foi enunciada facilmente ela seria falseada por algum sorites. Por exemplo, a possibilidade em que assisto uma partida de futebol na primeira fila do estádio, a apenas dois metros de distancia do campo, é salientemente semelhante à possibilidade que assisto a mesma partida na segunda fila, a somente dois metros e meio de distancia do campo, como também é semelhante à possibilidade em que assisto a mesma partida na terceira fila, a somente três metros de distancia do campo. Como meio metro de distância do campo não é significativo para que uma possibilidade deixe de ser salientemente semelhante à outra, então poderíamos modificar as possibilidades até o ponto em que eu estaria assistindo a partida a cem quilômetros de distancia do campo e ainda assim esta possibilidade seria semelhante àquela em que estou a dois metros. Assim, como disse Lewis, nada poderia ser propriamente ignorado, pois poderíamos modificar os mundos de modo

²⁵ Suppose on possibility saliently resemble another. Then if one of them may not be properly ignored, neither may the other. (Or rather, we should say that if one of them may not properly be ignored *in virtue of rules other than this rule*, then neither may the other. Else nothing could be properly ignored; because enough little steps of resemblance can take us from anywhere to anywhere.) In: (LEWIS. 1999, p. 429-430)

²⁶ Seguindo nosso plano de trabalho explicado no começo do capítulo, aqui exporemos apenas como funciona genericamente a regra da semelhança, somente depois discutiremos como ela funciona na resolução do PL.

que partíssemos de uma possibilidade ordinária e chegássemos a uma possibilidade cética.

Então, de acordo com aquela modificação, as possibilidades que não podem ser propriamente ignoradas são aquelas salientemente semelhantes às possibilidades que não podem ser propriamente ignoradas em virtude de alguma outra regra. Destarte, a regra da semelhança sempre trabalhará conjugada com alguma outra regra. Por exemplo, de acordo com a regra da crença, a possibilidade que o sujeito crê que é o caso não pode ser propriamente ignorada, então abaixo exemplificamos como uma possibilidade não poderia ser propriamente ignorada a partir da regra da semelhança e da regra da crença: suponha que S está andando na rua e vê uma pessoa caminhando e crê que se trata de X. Suponha também que X é gêmeo idêntico a Y, e que S sabe disso. Uma vez que S crê que p “a pessoa que ele vê caminhando é X”, p não pode ser propriamente ignorada. Porém, há a possibilidade de que a pessoa a sua frente seja Y, e não X. Esta segunda possibilidade é salientemente semelhante à primeira, logo a possibilidade de que é Y que ele está vendo não poderia ser propriamente ignorada.

A possibilidade em que S vê Y é salientemente semelhante à possibilidade em que ele vê X, ora as possibilidades céticas de erro também apelam para algum tipo de semelhança, a saber, se nós estivéssemos em um cenário cético, as coisas seriam semelhantes como são agora. Lewis adverte para esse tipo de confusão, “a Regra da Semelhança nunca foi referida para se aplicar a essa semelhança!” (LEWIS. 1999, p. 430). Fazer isto seria suicídio epistêmico.

Lewis não responde com muita clareza o que significa dizer que uma possibilidade é salientemente semelhante à outra. Vejamos mais um trecho de seu texto:

A realidade é uma possibilidade não ignorada pela evidência do sujeito. Qualquer outra possibilidade W que seja igualmente não eliminada pela evidência do sujeito assemelha-se assim a realidade em um aspecto saliente: a saber, com respeito à evidência do sujeito. Isto será assim mesmo se W é, em outros aspectos, muito dissimilar a realidade – mesmo

se, por exemplo, é uma possibilidade na qual o sujeito é radicalmente enganado por um demônio.²⁷

De acordo com o que dissemos acima, uma possibilidade W é salientemente semelhante à possibilidade real se ela não puder ser eliminada pela evidência do sujeito. Mas observe que as hipóteses céticas são semelhantes à realidade no sentido que nelas nós temos as mesmas crenças que temos agora, inclusive aquela que diz que nós não estamos em um cenário cético, isto é, nossas evidências também não são capazes de eliminar aquela possibilidade. Lewis não quer que as regras da realidade e da semelhança sejam utilizadas para concluir que as possibilidades céticas sejam relevantes, por isso ele faz uma adição *ad hoc* à regra para definir o que são possibilidades salientemente semelhantes e consequentemente fazer com que as possibilidades céticas não trabalhem dentro destas regras. Deste modo, as possibilidades salientemente semelhantes ou são aquelas que a evidência do sujeito não é capaz de eliminar, ou são aquelas que, em outros aspectos, são similares ao mundo real. A saliência poderia ser provocada, ou pela evidência, ou pela proximidade a realidade. Esta é uma questão que consideramos em aberto no texto de Lewis, uma vez que o texto nos permite a leitura tanto para um lado como para o outro.²⁸

Ao fazer isso, Lewis assume que esta é uma exceção *ad hoc*. Mesmo esta adição sendo feita com um bom sentido, isto é, para evitar confusão, ele afirma que não sabe como evitar esta consequência. Dentro da teoria de Lewis, esta é a regra que deveria explicar porque o sujeito não sabe nos casos de Gettier e nos casos lotéricos.

Recordando novamente o esquema geral para regras de acomodação, vemos que a Regra da Semelhança também segue àquele esquema. A regra da Semelhança diz que se uma possibilidade for semelhante à outra, e uma delas não puder ser propriamente ignorada, então a outra também não poderá o ser. Ora, possibilidades que não pode ser propriamente ignoradas são de algum modo

²⁷ Actuality is a possibility uneliminated by the subject's evidence. Any other possibility W that is likewise uneliminated by subject's evidence thereby resembles actuality in one salient respect: namely, in respect of subject's evidence. That will be so even if W is in other respects very dissimilar to actuality – even if, for instance, it is a possibility in which the subject is radically deceived by a demon. In: (LEWIS. 1999, p. 430)

²⁸ Voltaremos a tocar neste ponto com mais afinco no terceiro capítulo.

aceitáveis. E se há alguma possibilidade que seja semelhante a ela, então, por sua paridade, a mesma também deveria ser aceitável.

2.1.2.4. *As regras permissivas: Regra da Confiabilidade, Regra do Método e Regra do Conservantismo.*

Após expor as regras proibitivas, Lewis irá expor as regras permissivas, e a primeira delas é a regra da confiabilidade. Veja o que esta regra afirma:

Considere processos pelos quais a informação é transmitida a nós: percepção, memória e testemunho. Estes processos são razoavelmente confiáveis. Dentro dos limites, nós estamos habilitados a tomá-los por garantido. Nós poderíamos pressupor propriamente que eles trabalham sem falha no caso sob consideração.²⁹

Esta regra nos diz que podemos confiar em nossos processos formadores de crenças, tais como a percepção, memória e testemunho. Se são confiáveis, então raramente eles falham, assim estamos habilitados – de modo muito anulável³⁰ – a ignorar propriamente as possibilidades de que eles falham.

A segunda regra permissiva é a regra do método, a qual diz que nós estamos habilitados – novamente de modo anulável – a pressupor propriamente nos casos em que uma amostra é representativa e pressupor que a melhor explicação disponível pela nossa evidência é verdadeira.

Finalmente, temos a regra do conservantismo, a qual afirma o seguinte:

Suponha que aqueles ao nosso redor normalmente ignoram certas possibilidades, e é de conhecimento comum que eles fazem isso. (Eles fazem, eles esperam que os outros façam, e eles esperam que os outros esperem que os outros façam, ...) Então – novamente, de modo muito anulável – essas possibilidades geralmente ignoradas poderiam ser propriamente ignoradas. Nós estamos autorizados, de modo anulável, a

²⁹ Consider processes whereby information is transmitted to us: perception, memory and testimony. These processes are fairly reliable. Within limits, we are entitled to take them for granted. We may properly presuppose that they work without a glitch in the case under consideration. In: (LEWIS, 1999, p. 432)

³⁰ Cf. (LEWIS, 1999, p. 432)

adotar, habitual e mutuamente, pressuposições supostas daqueles ao nosso redor.³¹

Esta regra diz apenas que nós estamos autorizados a ignorar propriamente as possibilidades que são habitualmente e mutuamente ignoradas por nossa comunidade epistêmica, isto é, se em nossa comunidade é comum todos ignorarem propriamente uma possibilidade, então também estamos habilitados – de modo anulável – a ignorá-la propriamente. Esta é outra forma de dizer que se uma possibilidade é propriamente ignorada por todos no nosso contexto, então podemos também ignorá-la propriamente.

2.1.2.5. Regra da Atenção

A última regra apresentada por nosso autor é a regra da atenção, a qual é apenas restritiva, mas tem um papel muito importante na teoria. Ela diz que se você está dando atenção a uma possibilidade, então aquela alternativa não pode ser propriamente ignorada. Nós só ignoramos propriamente uma possibilidade se não estamos dando nenhuma atenção a ela:

Quando nós dizemos que uma possibilidade é propriamente ignorada, nós queremos dizer exatamente que; nós não queremos dizer que ela *poderia ter sido* propriamente ignorada. [...] Se ela é uma possibilidade não eliminada na qual não-*P*, então ela servirá como um contraexemplo para a afirmação de que *P* se sustenta como uma possibilidade deixada não eliminada pela evidência de *S*. Isto é, ela servirá como um contraexemplo para a afirmação de que *S* sabe que *P*.³²

Segundo o próprio Lewis, esta regra está mais para uma trivialidade do que uma regra³³, uma vez que ela afirma somente que se uma possibilidade não é ignorada, então ela não é propriamente ignorada. Assim, basta a menor atenção a

³¹ Suppose that those around us normally do ignore certain possibilities, and it is common knowledge that they do. (They do, they expect each other to, they expect each other to expect each other to, ...) Then – again, very defeasibly! – these generally ignored possibilities may properly be ignored. We are permitted, defeasibly, to adopt the usual and mutually expect presuppositions of those around us. In? (LEWIS. 1999, p. 433)

³² When we say that a possibility is properly ignored, we mean exactly that; we do not mean that it *could have been* properly ignored. [...] If it is an uneliminated possibility in which not-*P*, then it will do as a counter-example to the claim that *P* holds in every possibility left uneliminated by *S*'s evidence. That is, it will do as a counter-example to the claim that *S* knows that *P*. In: (LEWIS. 1999, p. 434)

³³ Cf. (LEWIS, 1999, p. 434)

uma possibilidade para torná-la relevante. Basta fazer um pouco de epistemologia para que todo nosso conhecimento evapore. Dar atenção às hipóteses céticas é o suficiente para que elas se tornem relevantes, sendo relevantes elas terão de ser eliminadas por nossa evidência, a qual é incapaz de fazê-lo.

Observe que na citação Lewis afirma que por ignorar propriamente uma possibilidade ele quer dizer que aquela alternativa é propriamente ignorada, não que ela *poderia ter sido* propriamente ignorada. Ele não põe no subjuntivo, uma vez que se nós dermos atenção a uma alternativa cética, automaticamente ela se torna relevante, mas é verdadeiro que nós poderíamos ter ignorado propriamente ela. Só por ser verdadeiro que nós poderíamos ter ignorado propriamente aquela alternativa, não quer dizer que ela seja propriamente ignorada. Ela teria de ser propriamente ignorada neste mundo, e não em outro.

Uma pergunta que pode ser feita aqui é: quem deve propriamente ignorar a alternativa? S – o sujeito de atribuição do conhecimento – ou nós – os atribuidores? Quando Lewis afirmou que S sabe que p se, e somente se, p sustenta-se em todas as possibilidades não eliminadas pela evidência de S – Psiu! – exceto para aquelas possibilidades que nós estamos propriamente ignorando, ele disse também que o “nós” refere-se aos falantes e ouvintes de um dado contexto.³⁴ Mas, quando o atribuidor não participa do contexto de S, o que importa é o ignorar propriamente ou não do atribuidor.³⁵

Semelhantemente, o “nós” da regra da atenção deve também referir-se aos falantes e ouvintes do contexto. Sendo assim, não importa se S – o sujeito de atribuição de conhecimento/ignorância – ignora propriamente uma alternativa em que não-p, se os falantes e ouvintes do contexto igualmente não atribuírem conhecimento, mas sim ignorância, então S não sabe que p.

2.2. Lewis e o Paradoxo da Loteria

³⁴ ‘We’ means: the speaker and hearers of a given context; that is, those of us who are discussing S’s knowledge together. In: (LEWIS. 1999, p. 436)

³⁵ Cf. (LEWIS. 1999, p. 436)

No capítulo 1 deste trabalho falamos sobre o PL e sobre os problemas que surgem ao tratá-lo mais acuradamente. Vimos que quem tentar solucioná-lo terá, necessariamente, de negar uma daquelas três premissas, a saber: princípio de justificação probabilística; princípio da conjunção para justificação doxástica; e princípio de consistência. Porém, na filosofia somente apontar o que está correto e o que está errado não é suficiente.

Após a explanação da teoria de Lewis, feita nos tópicos mais acima, veremos como ele interpreta o PL e como ele propõe solucioná-lo.

2.2.1. O Paradoxo da Loteria e o problema de Gettier.³⁶

Lewis pensa que o PL é um caso de crença verdadeira justificada sem conhecimento, isto é, ele pensa que este se trata de um caso de Gettier. Vejamos de que trata os casos de Gettier.

O “Problema de Gettier” refere-se a um problema proposto por Edmund Gettier quando discutia a teoria tradicional de conhecimento, supostamente proposta por Platão no Teeteto (1973). No diálogo platônico, conhecimento é analisado como sendo opinião verdadeira acompanhada de razões, na terminologia contemporânea, crença verdadeira e justificada. Assim, se S sabe que p, então S crê que p, p é verdadeira e S está justificado na crença de que p.

Tomando esta análise, Gettier mostra casos em que estas exigências são satisfeitas, porém não dizemos que o sujeito não sabe a proposição alvo. Após Gettier, surgiram outros casos explorando os mesmos pontos que os casos de Gettier exploraram. Estes ficaram conhecidos na literatura filosófica como casos do tipo Gettier. Abaixo reproduzimos um caso dos casos de Gettier:

Suponha que Smith e Jones inscreveram-se para um certo emprego. E suponha que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição conjuntiva:
(d) Jones é o homem que conseguirá o emprego, e Jones tem dez moedas em seu bolso.

³⁶ Para mais esclarecimentos entre o problema de Gettier e o PL, ver: (COHEN. 1998)

A evidência de Smith para (d) poderia ser que o presidente da companhia o assegurou que Jones seria selecionado no fim, e que ele, Smith, contou as moedas no bolso de Jones dez minutos atrás. A proposição (d) implica: (e) O homem que conseguirá o emprego tem dez moedas no seu bolso. Vamos supor que Smith vê a implicação de (d) para (e), e aceita (e) sobre as bases de (d), para a qual ele tem forte evidência. Neste caso, Smith está claramente justificado em crer que (e) é verdadeira. Mas imagine mais, que seja desconhecida a Smith que ele mesmo, e não Jones, conseguiu o emprego. E também que seja desconhecida a Smith que ele mesmo possui dez moedas em seu bolso. A proposição (e) é então verdadeira, embora a proposição (d), a partir da qual Smith inferiu (e), seja falsa. Então, em nosso exemplo tudo que se segue é verdadeiro: (i) (e) é verdadeira, (ii) Smith crê que (e) é verdadeira, e (iii) Smith está justificado em crer que (e) é verdadeira. Mas é igualmente claro que Smith não sabe que (e) é verdadeira; [...] ³⁷

No exemplo acima, Smith não sabe que “o homem que conseguirá o emprego possui dez moedas no bolso” embora ela satisfaça as exigências da teoria tradicional de que conhecimento é crença verdadeira justificada. Os casos do tipo Gettier mostram que há algo errado na análise tradicional.

Na nota nº 14 do *Elusive Knowledge* (LEWIS. 1999, p. 430-431), vemos que Lewis trata o PL como caso de Gettier porque os dois problemas são dissolvidos através da mesma estratégia. Ao dizer isto, ele automaticamente aceita a primeira proposição-chave do PL em sua versão para justificação, a saber, o Princípio da Justificação Probabilística. Pois se o PL é um caso de crença verdadeira justificada, então S está justificado em crer na proposição lotérica. A explicação de porque você não sabe que perderá a loteria não é através da negação deste princípio.

Aceitando a primeira, “aparentemente” não há nada na teoria do conhecimento de nosso autor que impeça de aceitarmos a segunda proposição-chave do PL, a saber, Princípio de Conjunção para Justificação Doxástica. Quanto à

³⁷ Suppose that Smith and Jones have applied for a certain job. And suppose that Smith has strong evidence for the following conjunctive proposition:

Jones is the man who will get the job, and Jones has ten coins in his pocket.

Smith's evidence for (d) might be that the president of the company assured him that Jones would in the end be selected, and that he, Smith, had counted the coins in Jones's pocket ten minutes ago. Proposition (d) entails:

The man who will get the job has ten coins in his pocket.

Let us suppose that Smith sees the entailment from (d) to (e), and accepts (e) on the grounds of (d), for which he has strong evidence. In this case, Smith is clearly justified in believing that (e) is true.

But imagine, further, that unknown to Smith, he himself, not Jones, will get the job. And, also, unknown to Smith, he himself has ten coins in his pocket. Proposition (e) is then true, though proposition (d), from which Smith inferred (e), is false. In our example, then, all of the following are true: (i) (e) is true, (ii) Smith believes that (e) is true, and (iii) Smith is justified in believing that (e) is true. But it is equally clear that Smith does not know that (e) is true; [...] In: (GETTIER. 1963, p. 122)

terceira proposição-chave, o Princípio da Consistência, o qual afirma que S nunca está justificado em aceitar proposições que compreendemos serem logicamente inconsistentes. Este também não parece apresentar problemas.

Ora, se nenhuma das três proposições-chave do PL é negada pela teoria de Lewis, então onde se encontra o problema? Uma vez que o argumento é dedutível, a conclusão deveria ser verdadeira, porém não o é. A estratégia de Lewis é explicitada na seção abaixo.

2.2.2. A regra da Semelhança e o Paradoxo da Loteria

Segundo Sainsbury, um paradoxo é “uma conclusão aparentemente inaceitável derivada de raciocínios aparentemente aceitáveis de premissas aparentemente aceitáveis”³⁸. Deste modo, só nos restam duas opções: ou aceitamos que paradoxos são insolúveis, e nos rendemos a eles; ou procuramos um erro neles.

A partir da citação de Sainsbury, notamos que as aparências reinam dentro dos paradoxos, sendo preciso um cuidado maior desde o início de seu tratamento, uma vez que o erro pode ser encontrado tanto nas premissas, como no raciocínio. Assim, o mais plausível seria começar com uma verificação cuidadosa desde o ponto inicial, a saber, as premissas ou teses do argumento, uma vez que encontrando a premissa ou tese falsa barrar-se-ia o paradoxo logo no início. Não encontrando erros nesta primeira parte, parte-se então para o raciocínio.

Como vimos anteriormente, a proposta contextualista de Lewis, apesar de não tomar como parte de sua teoria nenhum daqueles três princípios de justificacão doxástica apresentados para a formulação do PL, aparentemente não nega nenhum deles. Mas esta é apenas a primeira impressão, pois pela explicação de nosso autor sobre porque não sabemos que S perderá a loteria, podemos extrair que a segunda tese do argumento lotérico é negada.

³⁸ an apparently unacceptable conclusion by apparently acceptable reasoning from apparently acceptable premises. In: (SAINSBURY. 2009, p. 1)

Lewis tenta resolver o PL através de uma combinação entre a Regra da Realidade e a Regra da Semelhança. Segundo ele:

É a Regra da Semelhança que explana porque você não sabe que perderá na loteria, não importa qual a probabilidade que está contra você e por isso não importa quão certo você deveria estar que você perderá. Para todo ticket, há a possibilidade de que ele vencerá. Essas possibilidades são salientemente similares umas às outras: assim, ou todas elas poderiam ser propriamente ignoradas, ou então nenhuma delas poderia. Mas uma delas não poderia ser propriamente ignorada: a (possibilidade) que realmente ocorre.³⁹

Quando no capítulo 1 formulamos o PL, as premissas que estavam em jogo eram que “o ticket n° x perderá a loteria”, sendo x o número de qualquer um dos tickets concorrentes. Para Lewis, no caso lotérico, o que *até poderia ser propriamente ignorado* – poderia, mas não o é – não é a proposição de que “o ticket n° x perderá a loteria”, mas sim a proposição contrária, a saber, que “o ticket n° x ganhará a loteria”. Ao passo que a probabilidade trabalha em favor da primeira, ela trabalha contra a segunda. Assim, se estou justificado em crer que “o ticket n° 1 perderá a loteria”, então estou justificado em crer na falsidade da sua contraditória, que “o ticket n° 1 ganhará a loteria”. Note que a primeira é logicamente equivalente a negação da segunda. Há uma sutileza aqui: no argumento do PL, quando dizemos que S está justificado em crer que “o ticket n° 1 perderá a loteria”, supostamente estamos dizendo que S pode propriamente ignorar sua contraditória lógica, isto é, a possibilidade de que “o ticket n° 1 ganhará a loteria”. Porém isto é falso.

Segundo Lewis, S não pode propriamente ignorar a possibilidade de ganhará a loteria, pois a possibilidade em que o ticket n° 1 ganha é salientemente semelhante à possibilidade em que o ticket n° 2 ganha, e assim por diante. Todas elas são salientemente semelhantes, e se houver apenas uma delas que não puder ser propriamente ignorada, então nenhuma delas poderá ser, uma vez que pela regra da semelhança, se uma possibilidade é salientemente semelhante à outra, e

³⁹ It is the Rule of Resemblance that explain why you do not know that you will lose the lottery, no matter what the odds are against you and no matter how sure you should therefore be that you will lose. For every ticket, there is a possibility that it will win. These possibilities are saliently similar to one another: so either every one of them may be properly ignored, or else none may. But one of them may not properly be ignored: the one that actually obtains. In: (LEWIS. 1999, p. 430)

uma delas não pode ser propriamente ignorada, então nenhuma delas poderia ser propriamente ignorada. Ora, dentre todas aquelas possibilidades, uma delas não pode ser propriamente ignorada, a saber, a possibilidade que ocorre. Suponhamos que a possibilidade em que o ticket n° 4 seja sorteado é a que ocorre, então – pela regra da realidade – ela não poderia ser propriamente ignorada. Como as demais possibilidades são todas salientemente semelhantes, elas também não poderiam ser. Logo, no PL todas as possibilidades são relevantes.

Note que a segunda tese do argumento lotérico – princípio da conjunção para conhecimento – foi negada aqui. No PL, fazemos a conjunção de todas aquelas possibilidades que dissemos estar justificados – no caso da versão para justificação – ou sabermos – no caso da versão para conhecimento. Estas conjunções poderiam ser feitas se a possibilidade de vitória de qualquer uma delas tivesse sido propriamente ignorada. Deste modo, colocando o argumento de Lewis em outras palavras, ele está dizendo que não podemos fazer a conjunção daquelas proposições porque há uma delas que não pode ser propriamente ignorada, e todas as outras possibilidades são salientemente semelhantes a ela, logo o princípio de conjunção é falso.

3. Avaliando a Epistemologia de Lewis

Neste terceiro capítulo, tentaremos fazer uma crítica à teoria lewisiana do conhecimento. Apontaremos alguns pontos fracos da teoria e alguns problemas relativos à obscuridade do texto de Lewis, os quais tornam confusos alguns pontos centrais do texto de nosso autor.

Primeiramente faremos uma discussão mostrando como o Princípio de Fechamento funciona com o PL para chegar ao ceticismo, e depois mostramos como o PF funciona juntamente com a contexto-dependência da saliência dentro da teoria de Lewis para explicar nosso conhecimento de proposições lotéricas em alguns casos. Em seguida, veremos dois casos lotéricos que a teoria de Lewis não daria conta de explicar, um proposto por Hawthorne, e outro proposto por Valcarenghi. Por último, veremos como Cohen enfraquece a regra da semelhança, tentando retirar a cláusula *ad hoc* proposta pelo próprio Lewis. Ainda neste mesmo tópico, veremos algumas ambiguidades relativas à regra da semelhança, e o quanto elas podem ser problemáticas, por fim teceremos algumas críticas sobre o que Lewis entende por “dar atenção a uma possibilidade” comparando alguns pontos do *Scorekeeping in a Language Game* com o *Elusive Knowledge*, e no fim deste último tópico tentaremos mostrar que a saliência de uma possibilidade dentro do contexto é que resolve o PL, e não a Regra da Semelhança.

3.1. Paradoxo da Loteria, Ceticismo e Saliência

Não é tão aparente, mas as implicações do PL estendem-se até o ceticismo. Se nos utilizarmos do PL e do Princípio de Fechamento (PF) veremos que podemos extrair conclusões cétricas.

Segundo John Hawthorne (2004, p. 7), o PF é vital para a força deste paradoxo, pois o PL pode ser usado como outra ferramenta cética além daquelas ferramentas padrões, tais como gênio maligno, cérebros em cuba, etc. Para que o cético possa fazer uso desta ferramenta, ele utilizará o PF para conhecimento.

O PF para conhecimento diz que conhecimento é fechado sob implicação lógica conhecida. Em sua versão básica este princípio afirma que “se S sabe uma proposição p, e S sabe que p implica q, então S sabe a proposição implicada”. Em outras palavras, através da dedução podemos expandir nosso conhecimento. Porém, se “estar justificado em crer que p” for uma exigência necessária para conhecimento, então é plausível supor que o PF para conhecimento somente se sustenta se o fechamento para justificação também for verdadeiro. Esta outra versão do princípio afirma que: “se S tem justificação para crer que p, e S deduz corretamente q de p, então S tem justificação para crer que q”. Este princípio assegura justificação para crenças que foram deduzidas de crenças já justificadas.

Embora haja diferenças em falar do fechamento para conhecimento e do fechamento para justificação, devemos lembrar que ao falarmos do fechamento para conhecimento, estamos pressupondo a verdade do fechamento para justificação, uma vez que se S sabe que p, então no mínimo, S crê que p, é o caso que p e S está justificado na crença que p.

Esta versão apresentada mais acima do PF é bastante simples. Os autores que o defendem, também reconhecem que esta versão é simples demais e que necessita de alguns arranjos, e de fato, os autores que trabalham com ele possuem versões diferentes do mesmo.

Geralmente, este princípio é utilizado pelo cético em sua argumentação, como mostra Keith DeRose no Argumento de Ignorância:

O Argumento da Ignorância (AI)

1. Eu não sei que não-H.
 2. Se eu não sei que não-H, então eu não sei que O.
- Assim,
3. Eu não sei que O.⁴⁰

Suponha H como uma hipótese cética – conspirações, gênio maligno, cérebros em cuba, matrix, solipsismo, etc. – e O como uma proposição ordinária qualquer acerca do mundo externo – eu tenho mãos, estou sentado neste momento, Teresina é a

⁴⁰ The Argument from Ignorance (AI). 1. I don't know that not-H. 2. If I don't know that not-H, then I don't know that O. So, 3. I don't know that O. In: (DEROSE. 1999, p. 183).

capital do Piauí, etc. Ao observarmos o AI, concluímos que sendo verdadeiro o PF, e também verdadeiro que eu não sei da falsidade de hipóteses céticas, então proposições ordinárias seriam incognoscíveis.

Esta é uma das aplicações do PF. O cético usa-o em sua argumentação para mostrar a impossibilidade de saber proposições ordinárias. Porém, o próprio AI parece de certo modo paradoxal, uma vez que todas as premissas dele parecem plausíveis, porém o cético afirma 1 e 2 para afirmar 3, outros negam 3 e afirmam 2 para negar 1, e outros negam 1 e 3 para afirmar 2. Mas nossa intenção não é discutir o PF no AI, mas sim mostrar como o cético pode fazê-lo funcionar dentro do PL.

Assim, aplicando o fechamento em alguns exemplos lotéricos, temos que: se S sabe que chegará em casa hoje para o almoço, então S sabe que não terá o infeliz azar de ser o sorteado da natureza com um ataque fulminante de coração, ou o infeliz a ser acertado por um raio no meio do caminho. A proposição de que “S chegará em casa hoje para o almoço” é ordinária, assim se estamos indo para casa almoçar, dizemos que sabemos que em instantes estaremos em casa para o almoço. Mas, se perguntados se sabemos se no meio do caminho não sofreremos um ataque de coração, ou não seremos atingidos por um raio, diríamos que isto nós não sabemos. Não as sabemos por serem proposições lotéricas. De acordo com o PF, se S sabe a primeira, então S deveria saber também a segunda, uma vez que a verdade primeira implica a falsidade das outras duas.

Do mesmo modo, suponha que S seja um indivíduo de condições financeiras precárias, assim se S não sabe que não ganhará uma boa quantia de dinheiro nos próximos dois anos, então S não sabe que terá condições financeiras para comprar uma Ferrari FF neste ínterim. Se você é um indivíduo de meios financeiros precários, você sabe que mesmo trabalhando a vida inteira, você não terá dinheiro suficiente para comprar um automóvel de mais de um milhão de reais. Porém, se você ganhasse um prêmio lotérico, ou uma boa herança de algum parente desconhecido, então você teria condições de comprar uma Ferrari FF. Novamente, de acordo com o PF, se S não sabe a primeira, isto é, de que não ganhará na loteria pelos próximos

dois anos, então S também não sabe que terá condições financeiras para comprar uma Ferrari FF neste íterim.

Acima temos dois tipos de casos lotéricos nos quais o PF trabalha. Por um lado, através do conhecimento em uma proposição ordinária, podemos inferir nosso conhecimento de uma proposição lotérica – S não será atingido por um raio no caminho de casa, por exemplo. Por outro lado, através de nossa ignorância de uma proposição lotérica, podemos inferir nossa ignorância de uma proposição ordinária – S não terá condições financeiras de comprar uma Ferrari nos próximos dois anos.

Dependendo do modo como fizermos, podemos ter duas conclusões absurdas: primeiro, se supormos que S sabe aquelas proposições ordinárias, podemos inferir a conclusão de que ele sabe aquelas proposições lotéricas; por outro lado, se supormos que ele não sabe daquelas proposições lotéricas, podemos inferir a conclusão de que ele não sabe aquelas proposições ordinárias. Esta segunda estratégia é a utilizada pelo cético para inferir nossa ignorância.

Hawthorne ressalta (2004, p. 5) que nos casos em que envolvemos o PF para conclusões céticas há duas proposições: a ordinária e a lotérica. A primeira nós a tomamos como uma que atribuímos conhecimento ordinariamente, e a segunda nós a tomamos como uma que não atribuímos conhecimento. O que notamos é que qualquer proposição ordinária parece estar ligada a uma lotérica. Semelhantemente aos casos de Gettier, do mesmo modo que qualquer caso ordinário pode ser “gettierizado”, aqui também parece que qualquer caso ordinário de conhecimento pode ser “loterizado”, uma vez que facilmente podemos ligar a proposição ordinária a uma proposição lotérica. Destarte:

As coisas poderiam ser tais que: não- p e tudo é de fato como me parece. Assim, mesmo se é muito provável que p , há no mínimo uma pequena chance que não- p . Assim, *poderia ser* que não- p . Portanto, eu não sei que p .⁴¹ (Grifos do autor)

⁴¹ Things could be such that: Not- p and everything seems just as it actually is to me. So even if it is very likely that p , there are at least a small chance that not- p . So it *might be* that not- p . So I don't know that p . In: (HAWTHORNE. 2004, p. 17)

Sobre qualquer proposição corrigível p acerca do mundo externo, por ser ela corrigível, há um mundo em que ela é falsa, logo, há uma chance de que $\sim p$. Assim, havendo alguma chance de $\sim p$, e não sabermos de sua falsidade, então também não saberíamos que p .

Há muitos contraexemplos contra a versão mais básica do PF para conhecimento, a qual apresentamos mais acima. Por isto, como afirmado antes, os teóricos que o trabalham sempre o refinam. A versão básica que mostramos no início diz: “se S sabe uma proposição p , e S sabe que p implica q ($p \rightarrow q$), então S sabe a proposição implicada”, contra esta versão há alguns contraexemplos como veremos logo abaixo.

Mesmo S cumprindo com aqueles requisitos daquela versão básica do PF, não atribuiríamos conhecimento a S nos casos em que: 1. S não realiza a dedução de p para q ; 2. mesmo fazendo S aquela dedução, ele não a faz competentemente; 3. S realiza a dedução competentemente de p para q , mas por alguma outra razão S não forma a crença de que q ; 4. S realiza a dedução competentemente de p para q em t^1 , – vindo assim a crer que q – mas em t^2 S não mantém a crença de que p ; 5. S deduz competentemente q a partir de p_1, \dots, p_n em t^1 , vindo assim a crer que q , mas em t^2 S não mantém algumas daquelas crenças das quais deduziu q ; 6. em t^1 , S sabe que p_1, \dots, p_n , e deduz competentemente q daquelas, vindo a crer em q em t^3 , mas em t^2 o conhecimento de uma daquelas ou mesmo todas elas foram destruídas por uma contraevidência enganadora. Estes são alguns dos casos em que a versão básica do fechamento falha.⁴²

Embora o PF seja intuitivo, podendo até nos incitar a defendê-lo, e vemos uma boa quantidade de epistemólogos o defendendo, há alguns epistemólogos contemporâneos que se debruçam na tentativa de mostrar sua falsidade. Nozick (1981) e Dretske (1999) são dois grandes epistemólogos que temos na epistemologia que se dedicaram a tal proeza. Embora suas propostas de análise do conhecimento põem como falso o PF, suas estratégias para tal são um tanto diferentes.

⁴² Para uma explicação mais detalhada deste ponto, Cf. (HAWTHORNE. 2004, p. 31-33).

Em sua teoria, Nozick (1981) estabeleceu algumas condições para conhecimento a partir de sua explicação do que são as hipóteses céticas. Segundo ele, a característica das hipóteses céticas que exploram a possibilidade do erro é que nelas, o modo pelo qual eu formo a crença de que p é incapaz de rastrear a verdade da crença alvo. Vejamos as condições que ele estabelece para conhecimento:

- (1) p é verdadeira.
- (2) S crê, via método ou modo de vir a crer M, que p .
- (3) Se p não fosse verdadeira e S fosse usar M para chegar a uma crença de que se (ou não) p , então S não acreditaria, via M, que p .
- (4) Se p fosse verdadeira e S fosse usar M para chegar a uma crença de que se (ou não) p , então S acreditaria, via M, que p .⁴³

A partir destes quatro condicionais podemos explicar porque alguém não pode saber qualquer proposição corrigível em um cenário cético. Assim, mesmo p sendo verdadeira, no cenário cético em que ela é falsa, S continuaria acreditando, via M, que p , não satisfazendo a cláusula nº 3. De acordo com a explicação de Nozick, é impossível que S saiba que p em um cenário cético, uma vez que as hipóteses céticas radicais sempre apelarão a um cenário em que o método de formação da crença alvo falha. Além do mais, estamos também impossibilitados de saber da verdade delas, uma vez que, no mundo onde elas são verdadeiras, nós continuaríamos crendo, via M, que estas hipóteses são falsas. Mesmo no mundo em que elas são verdadeiras, e S vem a crer, via M, que elas são verdadeiras, S ainda mantém sua ignorância, uma vez que este mundo em que S crê, via M, que a hipótese cética é verdadeira, é muito próximo ao mundo em que ele crê, via M, que a hipótese cética é falsa.

Para Nozick, o conhecimento de qualquer proposição repousa sobre a posição epistêmica de S nos mundos mais próximos possíveis ao que S se encontra, isto é, “S sabe que p ” depende da relação de p com os mundos mais

⁴³ (1) p is true.

(2) S believes, via method or way of coming to believe M, that p .

(3) If p weren't true and S were use M to arrive at a belief whether (or not) p , then S wouldn't believe, via M, that p .

(4) If p were true and S were to use M to arrive at a belief whether (or not) p , then S would believe, via M, that p .
In: (NOZICK. 1981, p. 179)

próximos possíveis a ela. Assim, como os cenários céticos são tais que as crenças de S não são capazes de rastrear a verdade, o mesmo ocorre nos mundos mais próximos possíveis a ele. Porém, em cenários ordinários S sabe que p e sua crença é capaz de rastrear a verdade tanto no mundo em que S está, como nos mundos mais próximos possíveis.

Os mundos possíveis levados em consideração nos cenários céticos diferem radicalmente dos mundos possíveis não céticos, por isso eu posso saber que p , saber que p implica q , mas não saber que q , como bem exemplificou Nozick no caso abaixo:

Considere agora as duas afirmações:

p = eu estou acordado e sentado em uma cadeira em Jerusalém;

q = eu não estou flutuando em um tanque em Alfa Centauro sendo estimulado por meios eletroquímicos para crer que p .

A primeira implica a segunda: p implica q . Igualmente, eu sei que p implica q ; e eu sei que p . Se p fosse falsa, eu estaria de pé ou me deitando na mesma cidade, ou talvez dormindo lá, ou talvez em uma cidade ou vila vizinha. Se q fosse falsa, eu estaria flutuando em um tanque em Alfa Centauro. Claramente, estas são situações muito diferentes, conduzindo então às grandes diferenças nas quais eu acreditaria. Se p fosse falsa, se eu não estivesse acordado e sentado em uma cadeira em Jerusalém, eu não acreditaria que p . Além disso, se q fosse falsa, eu estava flutuando em um tanque em Alfa Centauro, eu acreditaria que q , que eu não estava em um tanque, e de fato, naquele caso, eu ainda acreditaria que p . De acordo com nossa explicação de conhecimento, eu sei que p ainda que eu não saiba que q , embora (eu sei que) p implique q .⁴⁴

No caso acima, p é uma proposição ordinária e q é uma proposição que nega uma possibilidade cética a p . Nota-se que a verdade da primeira implica a verdade da segunda. Nozick admite a verdade da primeira quando diz que nós a sabemos. Mas por que nós sabemos a primeira e não sabemos a segunda?

⁴⁴ p = I am awake and sitting on a chair in Jerusalem;

q = I am not floating in a tank on Alpha Centauri being stimulated by electrochemical means to believe that p . The first one entails the second: p entails q . Also, I know that p entails q ; and I know that p . If p were false, I would be standing or lying down on the same city, or perhaps sleeping there, or perhaps in a neighboring city or town. If q were false, I would be floating in a tank on Alpha Centauri. Clearly these are very different situations, leading to great differences in what I then would believe. If p were false, if I weren't awake and sitting on a chair in Jerusalem, I would not believe that p . Yet if q were false, if I was floating in a tank of Alpha Centauri, I would believe that q , that I was not in the tank, and indeed, in that case, I would still believe that p . According to our account of knowledge, I know that p yet I do not know that q , even though (I know) p entails q . In: (NOZICK. 1981, p. 207)

Podemos saber proposições ordinárias porque somos capazes de rastrear sua verdade no mundo atual e seríamos capazes de fazê-lo também nos mundos mais próximos ao mundo atual. No caso acima, se p fosse falsa, e eu estivesse sentado em uma cadeira na Universidade de Rutgers nos EUA, e não em Jerusalém, eu seria capaz de rastrear a verdade e saber que p seria falsa. Porém, no caso em que q é falsa, eu não seria capaz de rastrear a verdade naquele mundo e acreditaria que q . Este caso proposto por Nozick mostra que embora sabendo que p , e sabendo que p implica q , eu não sei que q .

Já para Dretske (1999), não sabemos a falsidade de hipóteses céticas radicais, nem mesmo precisamos eliminá-las, pois o conhecimento de S de que p não implica que a evidência para p , penetre nas implicadas por p . Isto é, hipóteses céticas são irrelevantes, porém nossas razões não seriam capazes de justificar nossa crença na falsidade delas. Considere o famoso caso da zebra proposto por ele:

Você leva seu filho ao zoológico, vê várias zebras, e quando questionado por seu filho, diz a ele que elas são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós teria pouca hesitação em saber que nós não sabemos disso. Nós sabemos qual a aparência das zebras, e juntamente, este é o zoológico da cidade e os animais estão em um cercado claramente marcado "Zebras". No entanto, algo sendo uma zebra implica que ela não é uma mula, e em particular, uma mula espertamente disfarçada pelas autoridades do zoológico para parecerem com uma zebra. Você sabe que estes animais não são mulas espertamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para parecerem com zebras? Se você está tentado a dizer que "Sim" para esta questão, pense um momento sobre quais razões você tem, quais evidências você pode produzir em favor desta afirmação. A evidência que você *tinha* para pensar que são zebras foi efetivamente neutralizada, uma vez que ela não conta em direção de não serem mulas espertamente disfarçadas para parecerem zebras.⁴⁵ (grifos do autor)

⁴⁵ You take your son to the zoo, see several zebras, and, when questioned by your son, tell him they are zebras. Do you know they are zebras? Well, most of us would have little hesitation in saying that we did know this. We know what zebras look like, and, besides, this is the city zoo and the animals are in a pen clearly marked "Zebras." Yet, something's being a zebra implies that it is not a mule and, in particular, not a mule cleverly disguised by the zoo authorities to look like a zebra. Do you know that these animals are not mules cleverly disguised by the zoo authorities to look like zebras? If you are tempted to say "Yes" to this question, think a moment about what reasons you have, what evidence you can produce in favor of this claim. The evidence you *had* for thinking them zebras has been effectively neutralized, since it does not count toward their not being mules cleverly disguised to look like zebras. In: (DRETSKE. 1999, p. 138)

Observe que embora saibamos que o animal no cercado é uma zebra, não sabemos que não se trata de uma mula espertamente disfarçada, pois nossas evidências para a crença de que “o animal no cercado é uma zebra” não justificam a crença de que “o animal no cercado não é uma mula espertamente disfarçada”.

Segundo Dretske, os operadores epistêmicos não são completamente penetrantes. Podemos ver isto quando tratamos de conhecimento de pressuposições. Por exemplo: nossa evidência para crer que “o café está fervendo” não é a mesma para crer que “é café que está fervendo”. A primeira pressupõe a segunda, e a verdade da primeira implica a verdade da segunda, porém os operadores que atuam na primeira não atuam na segunda, isto é, os operadores não são capazes de penetrar na segunda. Dretske sugere que estas mesmas características se sustentam nos operadores epistêmicos.⁴⁶

De acordo com a explicação de Dretske, as hipóteses céticas exploram as consequências de uma proposição para as quais os operadores epistêmicos não penetram. Assim, mesmo não sabendo a falsidade da hipótese cética, podemos saber que são zebras porque a alternativa cética em questão não é relevante no caso.

Retornando a Hawthorne, ele é um defensor do PF e possui sua própria versão para o PF. Corrigindo a versão básica do PF, Hawthorne dá-nos duas versões⁴⁷:

1. Fechamento da premissa simples: Necessariamente, se S sabe que p , e deduz competentemente q , e por isso vem a crer que q , enquanto mantendo completamente seu conhecimento de p , então S sabe q .
2. Fechamento da premissa múltipla: Necessariamente, se S sabe p^1, \dots, p_n , e deduz competentemente q , e por isso vem a crer que q , enquanto mantendo completamente seu conhecimento de p^1, \dots, p_n , então S sabe q .⁴⁸

Estes dois princípios nos dizem que a dedução é uma forma válida de expandir nosso conhecimento, isto é, se sei uma proposição (p), ou um conjunto de

⁴⁶ Cf. (DRETSKE. 1999, p. 136-138)

⁴⁷ Exporemos apenas a argumentação de Hawthorne em favor da versão do Fechamento da Premissa Simples, uma vez que a argumentação em favor da segunda versão não possui relevância para este ponto.

⁴⁸ (HAWTHORNE. 2004, p. 33-34).

proposições (p^1, p^2, \dots, p_n), e deduzo competentemente q de p , mantendo a(s) crença(s) da(s) qual/quais deduzi q , então estou habilitado a saber a proposição implicada. Segundo Hawthorne, estas duas versões do PF resolvem aqueles casos problemáticos apontados por nós na página 52. Vejamos sua argumentação.

Hawthorne pensa que pelo menos uma versão do PF deve ser verdadeira, defendendo que estas versões são o Fechamento da Premissa Simples e o Fechamento da Premissa Múltipla, e considera um exagero considerar que elas sejam falsas. Para isso ele dá suas razões.

Ele começa com um apelo às nossas intuições, uma vez que, no caso da zebra: se perguntarmos a alguém se ele concorda que o animal no cercado é uma zebra, e ele disser que sim, e depois o perguntarmos se ele concorda que se o animal no cercado é uma zebra, então não é uma mula espertamente disfarçada, ele novamente dirá que sim, mas ao perguntarmos se ele sabe se o animal no cercado é, de fato, uma zebra, e ele disser que não, isto irá nos parecer contraintuitivo. Esta conclusão é contraintuitiva por conta de que nós abraçamos as conclusões apontadas por nossas crenças, sejam elas positivas ou negativas, isto é, a partir da conclusão de um argumento dedutivo, podemos aceitar ou recusar a crença original. Assim, se é dedutivamente correto implicar q de p , e sabemos que p , então sendo correta a dedução, q será correta, então S sabe que q . (HAWTHORNE. 2004, p. 39)

Ele também propõe a adição de mais três princípios: 1. adição do fechamento, segundo o qual, “necessariamente, se S sabe que p , e deduz competentemente (p ou q) de p , por isso vindo a crer que (p ou q), enquanto mantendo completamente o conhecimento que p , então S sabe (p ou q)”; 2. princípio de equivalência, segundo o qual, “se S sabe, *a priori*, que p e q são equivalentes e S sabe que p , então S está em uma posição de saber q ”; e 3. princípio da distribuição, segundo o qual, “se alguém sabe que p e q , alguém sabe p e alguém sabe q ”.

Segundo ele, o erro de Nozick e Dretske foi de não notar que a separação do *status* epistêmico das consequências *a priori* de p não separa p de suas equivalentes *a priori*. Ou melhor, quando Nozick e Dretske afirmaram que S pode saber que p sem saber $\sim h$, eles estavam separando a proposição alvo – no caso, p – de suas consequências *a priori*, uma vez que se p é verdadeira, necessariamente h

é falsa, a falsidade da segunda é uma consequência *a priori* da primeira. Esta separação só diz respeito às consequências *a priori*, mas não diz nada sobre as equivalentes *a priori*. Assim, como bem exemplificado por Hawthorne, combinando a adição do fechamento com o princípio de equivalência, temos que:

1. eu sei que “eu tenho mãos”.

Através da adição do fechamento podemos deduzir que:

2. Ou eu tenho mãos ou eu sou um cérebro numa cuba.

(2) é uma equivalente *a priori* de (3):

3. Não é o caso que eu não tenho mãos e sou um cérebro numa cuba.

Hawthorne acusa Nozick e Dretske de insistirem que somente crenças sensíveis podem ser conhecidas. Deste modo, suas propostas excluem conhecimento as crenças insensíveis que são deduzidas de crenças sensíveis. Suponha *p* e *q* serem equivalentes *a priori*. De acordo com o argumento acima, Hawthorne conclui que seria fácil encontrar casos em que *p* é sensível⁴⁹, mas *q* não o é. Mas seria bem mais difícil encontrar casos em que *p* é sensível, mas minha crença na equivalente *a priori* não seja também sensível. Em prol disto Hawthorne nos dá o exemplo do pato falso:

Suponha que eu observe um cachorro real que se obscurece em um fac-símile excelente de um pato. Eu creio que um cachorro está na minha frente. Esta crença é sensível. Eu deduzo que há um animal na minha frente. Esta não é sensível: se houvesse um animal em minha frente, eu veria um pato falso e acreditaria que havia um animal ali. Porém, nós não podemos viver com a ideia de que eu sei que há um cachorro ali, mas não sei que há um animal ali.⁵⁰

Considere a crença de *S* de que *c*: “há um cachorro em minha frente”. No mundo em que ela é falsa, isto é, em que aparece um pato falso, *S* não acreditaria

⁴⁹ O termo sensível é usado aqui no sentido que Nozick empregou: se a proposição corrigível *p* é sensível, então na maioria dos mundos mais próximos possíveis nos quais *p* é falsa, *S* não crê que *p*.

⁵⁰ Suppose I observe a real dog that obscures an excellent facsimile of a duck. I believe a dog is in front of me. That belief is sensitive. I deduce that there is an animal in front of me. That isn't sensitive: if there weren't an animal in front of me, I would see the fake duck and believe there was an animal there. But we can't live with the idea that I know that there is a dog there but I do not know that there is a animal there. In: (HAWTHORNE. 2004, p. 42)

nela, assim a crença c é sensível. Já a crença de S de que a : “há um animal na minha frente”, a qual S deduziu corretamente de c , não é sensível, pois no mundo em que ela é falsa, isto é, ao invés de um cachorro, S vê um pato falso, S continuaria a acreditar em a , por isso ela não seria sensível. Porém parece um absurdo S poder saber que há um cachorro em sua frente, mas não poder saber que há um animal em sua frente.

Quanto ao princípio da distribuição, segundo o qual “se alguém sabe que p e q , alguém sabe que p e alguém sabe que q ”, então se sei que:

4. O animal no cercado é uma zebra.

Pelo princípio de equivalência posso saber que:

5. O animal no cercado é uma zebra e o animal no cercado não é uma mula espertamente disfarçada.

Nos valendo agora do princípio de distribuição, então sei que:

6. O animal no cercado não é uma mula espertamente disfarçada.

A negação do fechamento da premissa simples implicaria na negação destes três outros princípios, os quais Hawthorne considera que são bastante intuitivos. Segundo ele, negar o princípio do fechamento da premissa simples tem um custo muito alto. (HAWTHORNE. 2004, 39-41).

Após estes exames, observamos que o princípio de fechamento nos aparece com uma espada de dois gumes: por um lado nos habilitaria saber muitas coisas por meio de proposições ordinárias, inclusive saber proposições lotéricas, o que por sua vez é contraintuitivo; por outro lado, ele serve como uma ótima ferramenta ao cético para deduzir nossa total ignorância a partir de casos lotéricos.

Estas são duas conclusões absurdas. Aqueles que defendem o PF precisam enfrentar estes problemas. Embora Lewis defenda o PF quando afirma que conhecimento é fechado sob implicação estrita ⁵¹, ele não resolverá o PL via PF, porém o PF exerce um papel importante na teoria de nosso autor. (LEWIS. 1999, p. 423, 441)

⁵¹ Lewis defende que conhecimento é fechado sob implicação estrita, isto quer dizer que: Se S sabe que p , e p implica **necessariamente** q , então S sabe que q .

Lewis trabalha o PF juntamente com a saliência. Vejamos agora como ele faz isso dentro dos casos lotéricos. Observe que quando ele falou sobre como as regras da semelhança e da realidade funcionam para resolver o PL, as várias possibilidades eram “suficientemente salientes”. Quando ele fala em saliência suficiente, ele sugere que “a saliência, como também o ignorar poderiam variar entre os contextos.”⁵² O caso lotérico padrão discutido em outros pontos do texto de Lewis é diferente do caso do pobre Bill, proposto por Lewis no *Elusive Knowledge*. No caso lotérico a possibilidade que o ticket de S seja sorteado é enunciada logo no início, enquanto que no caso do pobre Bill, esta possibilidade só é enunciada ao fim do caso. Logo abaixo veremos como Lewis faz isto.

Vejamos o caso: “Piedade do pobre Bill! Ele desperdiça todas suas reservas de dinheiro em pôquer, corridas e na loteria. Ele será um escravo do salário todos os seus dias. Nós sabemos que ele nunca será rico.”⁵³ Pelo fechamento, se S sabe que ‘Bill nunca será rico’, e nunca ser rico implica necessariamente em ‘Bill perderá a loteria’, então S sabe que ‘Bill perderá a loteria’. Lewis defende que conhecimento é fechado sob implicação estrita, sendo assim, S sabe que Bill perderá a loteria.

Ora, Lewis permite que seja possível que alguém saiba em um caso lotérico em que comumente atribuímos ignorância? A resposta é sim, e isto se deve, em parte, ao PF. Lewis possui uma explicação para mostrar que no caso do pobre Bill nós sabemos que ele perderá a loteria.

Ressaltamos que para Lewis, a validade do PF independe do contexto. Por exemplo, no caso do Pobre Bill, quando estamos dirigindo nossa atenção ao seu azar e concluímos que ele nunca será rico, o PF é aplicado em *Modus Ponnens*. Porém, quando enunciamos a possibilidade de vitória de Bill, deixando então de saber que ele nunca será rico, o PF é então aplicado em *Modus Tollens*. Deste modo, o PF é salvo por Lewis.

Observe que segundo a explicação de Lewis sobre o PL, a possibilidade na qual o ticket nº 1 ganha a loteria é semelhante a possibilidade em que o ticket nº 2 ganha a loteria. A diferença é que quando o ticket nº 2 ganha, o ticket nº 1 perde,

⁵² Saliency, as well as ignoring, may vary between contexts. In: (LEWIS. 1999, p. 443)

⁵³ Pity poor Bill! He squanders all his spare cash on the pokies, the races, and the lottery. He will be a wage slave all his days. We know he will never be rich. In: (LEWIS. 1999, p. 443)

mesmo assim Lewis ainda permite a semelhança saliente entre estas duas possibilidades somente por elas possuírem a mesma probabilidade de ocorrer. No caso do Pobre Bill, de fato ele perderá a loteria. Se a possibilidade que Bill perde a loteria for salientemente semelhante à possibilidade que ocorre, então ela deveria ser relevante, uma vez que sabemos que a possibilidade que ocorreu é relevante por conta da regra da realidade. Assim, se a possibilidade em que Bill ganha a loteria se assemelhar salientemente à possibilidade que ocorre, automaticamente ela se tornaria relevante através da regra da semelhança, destruindo nosso conhecimento de que Bill perderá a loteria.

Porém, explicando o PL, Lewis disse que a possibilidade que se assemelha à realidade tem de ser “suficientemente saliente”. No caso do pobre Bill, a possibilidade que ele ganha a loteria não era suficientemente saliente. Isto é, no caso do PL nós estávamos dirigindo nossa atenção à sorte do sujeito, já no caso do pobre Bill, nós estávamos dirigindo nossa atenção ao azar de Bill. Como estávamos dirigindo nossa atenção para seu comportamento azarado, então a possibilidade que ele ganha a loteria não é saliente. Assim, no PL o que é saliente é a sorte de S, e no caso do pobre Bill o que é saliente é o azar dele.

Enquanto não enunciemos a possibilidade de que Bill ganhe a loteria, sabemos que ele nunca será rico. Ao enunciar a possibilidade que ele ganha a loteria, automaticamente modificamos o contexto, pois passamos a dar atenção àquela possibilidade, tornando ela saliente.

3.2 Dois casos problemáticos para Lewis

John Hawthorne em *Lewis, the Lottery and the Preface* (2002) faz uma discussão acerca da explicação de Lewis para estes dois problemas do título de seu artigo. Neste texto, Hawthorne propõe um caso lotérico problemático que a teoria de Lewis não daria conta. Vejamos o caso.

Ben possui muitos amigos, todos eles perdedores. Eles são como o pobre Bill, gastam todo seu dinheiro em jogos de pôquer, corridas e loterias. Assim são os 5000 amigos de Ben, todos eles são sujeitos azarados que gastam todas suas economias em jogos de azar. Todos os 5000 amigos de Ben estão participando de

uma loteria. Somente um estranho, não amigo de Ben, comprou um ticket desta loteria (há então 5001 tickets), e este será o ganhador da mesma. Ben sabe do azar de seus 5000 amigos. Ele também sabe da distribuição destes 5001 tickets. Um atribuidor observa isto e diz, Ben sabe que o pobre Bill nunca será rico. Suponha também que o atribuidor não está dando atenção às possibilidades tais como a que Bill ganhe na loteria, ela está sendo ignorada propriamente pelo atribuidor. Segundo a teoria de Lewis, o atribuidor expressou uma verdade. O atribuidor continua: Ben sabe que o pobre Harry nunca será rico; Ben sabe que o pobre Gerald nunca será rico; e assim por diante. Aquelas possibilidades em que um dos amigos de Ben é sorteado continuam fora da vista do atribuidor.

Bom, se o atribuidor expressou uma verdade em todas aquelas suas afirmações anteriores sobre os 5000 amigos de Ben, então pelo PF Ben sabe que nenhum de seus amigos 5000 amigos será rico. Continuando, novamente pelo PF Ben sabe que nenhum de seus 5000 amigos ganhará a loteria. Como dissemos antes, Ben sabe da distribuição dos 5001 tickets, logo sabe também que só há um ticket que não pertence a um amigo seu. Por fim, pelo PF Ben sabe que o único estranho que possui o ticket ganhará a loteria.

Segundo a teoria de nosso autor, esta verdade não poderia ser declarada pelo atribuidor, pois ao fazer isto ele mudaria o contexto e ele deixaria de saber. Isto ocorre porque enunciar a possibilidade de vitória de um ticket, ele torna saliente aquela possibilidade, a qual é salientemente semelhante à possibilidade de vitória de um de seus amigos.

Suponha que Ben é um sujeito brincalhão que gosta de enganar os outros dando informações que ele não possui. Ele disse – fora do alcance de audição do atribuidor: o estranho ganhará a loteria. O atribuidor pensa erradamente que Ben disse “Bill é meu amigo”. O atribuidor então diz: Ben sabe que o que ele acabou de dizer é verdadeiro. Neste caso, o atribuidor expressou uma verdade sortudamente.⁵⁴

Hawthorne propõe este caso para mostrar que a teoria de Lewis não é capaz de explicá-lo. Pela teoria de nosso autor, é verdade que Ben sabe que o estranho ganhará a loteria, embora isso não possa ser mencionado, pois uma vez que o

⁵⁴ Cf. (HAWTHORNE. 2002, p. 246-247)

fosse, o contexto seria automaticamente modificado, e Ben deixaria de saber. Também é verdade aquilo que o atribuidor disse, porém o que ele declarou é verdadeiro por sorte. Este seria um caso de crença verdadeira justificada por sorte.

O segundo caso lotérico que proporemos agora é parecido com o anterior ⁵⁵. Vejamos: Ben possui muitos amigos, todos eles perdedores. Lembremos do pobre Bill, ele gasta todo seu dinheiro em jogos de pôquer, corridas e loterias. Assim são os 5000 amigos de Ben, todos eles são sujeitos azarados que gastam todas suas economias em jogos de azar. Todos os 5000 amigos de Ben estão participando de uma loteria. Ben sabe do azar de seus 5000 amigos. Ele também sabe que a loteria tem apenas 5000 tickets, isto é, somente os amigos dele estão participando desta loteria. Um atribuidor observa isto e diz, Ben sabe que o pobre Bill nunca será rico. Suponha também que o atribuidor não está dando atenção às possibilidades tais como a que Bill ganhe na loteria, ela está sendo ignorada propriamente pelo atribuidor. Segundo a teoria de Lewis, o atribuidor expressou uma verdade. O atribuidor continua: Ben sabe que o pobre Harry nunca será rico; Ben sabe que o pobre Gerald nunca será rico; e assim por diante. Aquelas possibilidades em que um dos amigos de Ben é sorteado continuam fora da vista do atribuidor.

Bom, se o atribuidor expressou uma verdade em todas aquelas suas afirmações anteriores sobre os 5000 amigos de Ben, então pelo PF Ben sabe que nenhum de seus amigos 5000 amigos será rico. Continuando, novamente pelo PF Ben sabe que nenhum de seus 5000 amigos ganhará a loteria. Ora, um dos 5000 amigos de Ben ganhará a loteria. Assim, chegamos à conclusão de que Ben pode saber uma contradição, que um de seus amigos ganhará a loteria e, ao mesmo tempo, nenhum de seus amigos ganhará a loteria.

Este outro caso também é problemático, pois a evidência que S possui, lhe dá conhecimento das duas proposições contrárias, de que nenhum de seus amigos ganhará a loteria e que um deles ganhará.

⁵⁵ Este segundo caso foi sugerido pelo Prof. Dr. Emerson C. Valcarenghi em algumas de nossas reuniões de orientação.

3.3 Aplicando Lewis na resolução do Paradoxo da Loteria.

Cohen (1998) faz uma discussão acerca de alguns pontos do *Elusive Knowledge* de Lewis. Segundo este segundo autor nós podemos classificar aquelas regras de relevância que Lewis fala em duas espécies: regras sensíveis-aos-falantes e regras sensíveis-ao-sujeito.⁵⁶ As primeiras são aquelas em que aquilo que pode ser propriamente ignorado depende de fatos sobre os falantes e ouvintes do contexto (Cf. COHEN. 1998, p. 291). E as segundas são aquelas em que aquilo que pode ser propriamente ignorado depende de fatos sobre o sujeito (Cf. COHEN. 1998, p. 294).

Quanto a esta distinção, observe: segundo a regra da atenção, aquelas possibilidades que os falantes e ouvintes do contexto estão dando atenção não podem ser propriamente ignoradas, logo aquela alternativa não está sendo propriamente ignorada em virtude da atenção dada a ela pelos falantes e ouvintes, assim a regra da atenção seria sensível-aos-falantes. A regra da crença, por sua vez, diz que aquela possibilidade em que o sujeito crê – ou que ele deveria crer que ocorre, em virtude de suas evidências e razões – que ocorre não pode ser propriamente ignorada, logo a regra da crença seria sensível-ao-sujeito. A regra da realidade, diz que a possibilidade que ocorre, isto é, a possibilidade real nunca pode ser propriamente ignorada. Lembrando que aqui que quando as realidades dos falantes (e ouvintes), e do sujeito são diferentes, o que importa é a realidade do sujeito. A regra da realidade é classificada por Cohen como sensível-ao-sujeito.⁵⁷ O que é importante notar é que a operação da regra da realidade não depende de quem são os falantes e ouvintes do contexto (Cf. COHEN. 1998, p. 294).

Agora observe a regra da semelhança: esta regra diz que se uma possibilidade é salientemente semelhante à outra, e se uma dessas possibilidades não poderia ser propriamente ignorada em virtude de outras regras, então a outra também não poderia. Observe que quando Lewis aplicou a regra da semelhança para resolver o PL, ela se comportou como sensível-ao-sujeito, uma vez que as

⁵⁶ Estas especificações não são propostas por Lewis.

⁵⁷ Mais abaixo discutiremos esta classificação.

semelhanças existiam por conta de um fato acerca de S: o fato de que S possui um ticket da loteria (Cf. COHEN. 1998, p. 294).

Porém quando Lewis aplica a mesma regra no caso do “pobre Bill”, a regra se comporta de modo diferente. Quando é enunciado o caso do pobre Bill, nós sabemos que ele nunca será rico: “Piedade do pobre Bill! Ele desperdiça todas suas reservas de dinheiro em pôquer, corridas e na loteria. Ele será um escravo do salário todos os seus dias. Nós sabemos que ele nunca será rico.”⁵⁸

Até então não foi enunciado que há a possibilidade de que Bill ganhe o prêmio lotérico. Nós estamos dirigindo nossa atenção aos hábitos de Bill, não à sua sorte, por isso a possibilidade em que ele ganha na loteria ainda não é relevante.

Ao enunciarmos que há a possibilidade de que Bill ganhe o prêmio, automaticamente esta possibilidade torna-se saliente. Perguntemo-nos: saliente para quem? Para o sujeito que recebe a atribuição de conhecimento/ignorância, ou para os atribuidores de conhecimento/ignorância àquele sujeito? Segundo Cohen (1998, p. 295), pelo modo como Lewis descreve o caso, nós somos ambos: atribuidores e sujeitos. Quando isto ocorre, Lewis exige que a semelhança seja saliente aos falantes (e ouvintes) do contexto. Deste modo, pela qualificação da saliência, a regra da semelhança é também sensível-aos-falantes.

Lembre-mo-nos que Lewis, ao enunciar a regra da semelhança, adiciona uma cláusula *ad hoc* à regra. Uma vez que a regra não deve funcionar em casos céticos e Lewis não conseguiu impedir isto no enunciado da própria regra, ele se vê na obrigação de adicionar esta cláusula *ad hoc* para realizar este impedimento. Para isto, Lewis afirma que as possibilidades que se assemelham à realidade apenas pela evidência do sujeito, não são tornadas relevantes pela regra da semelhança.

Segundo Cohen, Lewis não precisaria fazer esta adição *ad hoc*, pois quando ele enuncia esta regra, ela está pensando nela apenas como sensível-ao-sujeito, mas a sensibilidade-aos-falantes da regra evita esta ameaça cética. É bastante simples o modo como a sensibilidade-aos-falantes resolve o caso do pobre Bill: ao ser enunciado a possibilidade em que ele ganha, o contexto é modificado

⁵⁸ Pity poor Bill! He squanders all his spare cash on the pokies, the races, and the lottery. He will be a wage slave all his days. We know he will never be rich. In: (LEWIS. 1999, p. 443)

automaticamente. Deste modo, o cético pode então fazer o uso da regra da semelhança, pois quando ele o fizer, a parte sensível-aos-falantes da regra mostrará que o que ele faz é somente modificar o contexto.

Quanto a esta divisão de Cohen sobre a especificidade das regras de relevância de Lewis pensamos que está correta em alguns pontos, mas errada em outros. Em primeiro lugar, diferentemente de Cohen, pensamos que a regra da realidade não é nem sensível-ao-sujeito, nem sensível-aos-falantes. A realidade de uma possibilidade não diz respeito a aspectos ou fatos sobre o sujeito. Como Lewis disse: “a regra é ‘externalista’ – o sujeito mesmo não seria capaz de dizer o que é propriamente ignorado.”⁵⁹ Na teoria de Lewis, a regra da realidade realiza o mesmo papel que a verdade realiza na teoria tripartite ou tradicional de conhecimento. A verdade não é uma propriedade do sujeito, mas sim do mundo, ou melhor, do contexto. Analogamente, realidade não é uma propriedade do sujeito, mas sim do contexto. Claro, no final das contas, quando os contextos de atribuidor e de sujeito diferem, o contexto que não pode ser ignorado é o do sujeito. A questão é que nós não diríamos que o “ser real” é do sujeito, mas sim da possibilidade.

Agora vejamos algumas complicações relativas à obscuridade do texto de Lewis. Perguntemo-nos primeiro: o que causa a semelhança salientemente entre duas possibilidades? Temos duas respostas a esta questão: primeiramente podemos dizer que o que se assemelha salientemente entre duas possibilidades são as evidências de S; e em segundo lugar podemos dizer que o que provoca a saliência são outras coisas relativas à realidade, em outras palavras, a proximidade entre os mundos em que ocorrem aquelas possibilidades.

Este é um dos pontos mais obscuros do texto de Lewis, pois por um lado a regra da semelhança funciona melhor quando a semelhança saliente entre as possibilidades é entre as evidências, do que quando a tratamos com respeito à proximidade entre os mundos. Porém, quando Lewis fala da cláusula *ad hoc* (1999, p. 430) ele dá a entender que a semelhança não é entre as evidências, pois se o fosse ela poderia ser utilizada pelo cético, uma vez que nos cenários céticos a evidência de S é igual à evidência que ele tem no mundo real. Parece que o único

⁵⁹ The rule is ‘externalist’ – the subject himself may not be able to tell what is properly ignored. In: (LEWIS. 1999, p. 427)

modo que Lewis vê de evitar isto é dizendo que a semelhança saliente se dá pela proximidade entre o mundo real e o mundo onde aquela outra possibilidade ocorre. Cohen, ao falar deste mesmo ponto do texto de Lewis, acaba por corroborar com nossa interpretação quando ele afirma que “as possibilidades que se assemelham a realidade com respeito a evidência do sujeito não são, pela Regra da Semelhança, automaticamente relevantes; elas devem *salientemente* assemelhar-se a realidade”⁶⁰. E quando Lewis faz a adição da cláusula *ad hoc*, ele diz:

A realidade é uma possibilidade não eliminada pela evidência do sujeito. Qualquer outra possibilidade *W* que seja igualmente não eliminada pela evidência do sujeito assemelha-se assim a realidade em um aspecto saliente: a saber, com respeito à evidência do sujeito. [...] A Regra da Semelhança nunca pretendeu aplicar-se a *este* tipo de semelhança!⁶¹

Do modo como Lewis coloca, o “este” na última afirmação está se referindo às possibilidades que não podem ser eliminadas pela evidência do sujeito. Aqui pode-se também interpretar que ele está somente dizendo que esta regra não deve ser usada com casos que diríamos que são céticos, mas isto Lewis poderia ter feito mais diretamente. Assim para interpretarmos desta segunda maneira, teríamos de ignorar esta última afirmação que destacamos neste parágrafo.

Ora, se a semelhança é entre os mundos, a regra da semelhança ainda não conseguiria escapar de todos os casos céticos, uma vez que o cético pode elencar possibilidades céticas não tão absurdas quanto as que costumamos ter contato. Possibilidade próximas ao mundo real, mas que ainda seriam céticas. Neste caso a regra da semelhança tornaria a hipótese cética relevante. Observe o seguinte caso:

Suponha que *S* é o portador de um ticket de uma loteria não viciada, na qual será sorteado um único ticket, e o ganhador levará o prêmio. Suponha também que, por algum outro motivo, só foi vendido um único ticket, a saber, o ticket de *S*. É verdade que aquele único ticket será sorteado e *S* ganhará a loteria. *S* possui todas

⁶⁰ Possibilities that resemble actuality in respect of subject’s evidence are not, by Rule of Resemblance, automatically relevant; they must saliently resemble actuality. In: (COHEN. 1998, p. 296)

⁶¹ Actuality is a possibility uneliminated by the subject’s evidence. Any other possibility *W* that is likewise uneliminated by the subject’s evidence thereby resembles actuality in one salient respect: namely, in respect of the subject’s evidence. [...] The Rule of Resemblance was never meant to apply to *this* resemblance! In: (LEWIS. 1999, p. 430)

estas evidências. S está presente no sorteio, ele olha atentamente para o globo girando com um único número, o número do seu ticket. A teoria de Lewis diria que, naquele momento, S sabe que ele ganhará a loteria, pois: no mundo real, o ticket dele será sorteado; ele crê apenas que ele ganhará a loteria; não está dando atenção a nenhuma outra possibilidade; e enfim, a loteria é confiável. O problema é que este mundo se assemelha muito ao mundo em que não ocorre o sorteio. Imagine um mundo possível próximo a este em que na hora do sorteio, a pessoa que está fazendo o sorteio olha para S e diz: “te enganei, bobo”, e todos saem rindo desta piada de mau gosto.

Se a saliência entre as possibilidades deve ser vista pela proximidade entre os mundos em que estas possibilidades ocorrem, então esta possibilidade não poderia ser propriamente ignorada por se assemelhar a que realmente ocorre. Porém, mesmo esta possibilidade sendo semelhante, nós continuamos dizendo que S sabe que ganhará a loteria. Isto nos mostra que se a semelhança saliente for entre os mundos, os problemas persistem.

Vejamos agora pelo outro lado da moeda. Se a semelhança saliente entre as possibilidades for feita através da evidência, então a regra da semelhança falharia em explicar o paradoxo da loteria. Note que S não sabe que vai perder na loteria porque, segundo Lewis, as possibilidades em que cada ticket perde são todas salientemente semelhantes, assim, se alguma delas não pode ser propriamente ignorada, então nenhuma poderia. Uma delas não pode ser propriamente ignorada, a saber, a possibilidade que ocorre, logo nenhuma daquelas outras poderia também o ser.

Porém observe que segundo a evidência de S, a possibilidade que o ticket nº 1 ganha não é salientemente semelhante à possibilidade em que outro ticket ganha, pois a evidência para sua vitória é totalmente diferente da sua evidência de sua derrota. Observe que a evidência de S para crer que o ticket nº 1 ganhe é de $1/n$, e a probabilidade que ele perca é de $n-1/1$. Isto é, numa loteria de 100 tickets, a probabilidade de que o ticket nº 1 ganhe é de 1%, já probabilidade de que ele perca é de 99%. Há duas semelhanças aqui, a saber, a semelhança entre as probabilidades de qualquer um ticket vencer, e a semelhança entre as

probabilidades de qualquer um ticket perder. Esta é a única semelhança entre aquelas possibilidades. Agora observe duas possibilidades, aquela na qual o ticket nº 1 ganha e aquela na qual o ticket nº 2 ganha. Nas duas possibilidades, quando um ganha, o outro perde. Destarte, como poderiam ser salientemente semelhantes as possibilidades em que o ticket nº 1 ganha e aquela em que o ticket nº 2 ganha, sendo que nesta segunda possibilidade o ticket nº 1 perde e a evidência probabilística de sua perda é absurdamente diferente de sua vitória? As evidências claramente diferem, e se elas diferem, então as possibilidades não deveriam ser salientemente semelhantes. A teoria de Lewis insiste que há alguma semelhança entre estas possibilidades, porém isto não se torna claro. Se não houver esta semelhança saliente, então S saberia que aqueles outros bilhetes perderão a loteria.

Notemos outro ponto dentro daqueles dois textos de nosso autor – *Elusive Knowledge* e *Scorekeeping in a Language Game*. No capítulo anterior deste trabalho, no qual discutimos a regra da atenção, vimos como Lewis faz trabalhar aquela regra dentro de sua teoria: se nós – falantes e ouvintes do contexto – estamos dando atenção a uma alternativa, então ela não está sendo propriamente ignorada. Mas, ainda permanece uma dúvida sobre esta regra, a saber: o que é “dar atenção/atender” a uma alternativa? Em outras palavras: o mero mencionar de uma alternativa já basta para darmos atenção a ela? Ou será se dar atenção a uma possibilidade significa considerá-la seriamente? Existe algum grau mínimo de atenção?

No *Elusive Knowledge* Lewis dá um caso em que apenas o mencionar de uma possibilidade muda o contexto, isto é, ao mencionar aquela possibilidade, ela tornou-se relevante. Vejamos como ele colocou:

A premissa ‘eu sei que eu tenho mãos’ era verdadeira neste contexto ordinário, onde a possibilidade de demônios enganadores eram propriamente ignoradas. A menção daquela simples possibilidade mudou o contexto no meio do caminho. A conclusão ‘eu sei que eu não sou desprovido de mãos e enganado’ era falsa *neste* contexto, porque aquele era um contexto no qual a possibilidade de demônios enganadores estava

sendo mencionada, por isso não estava sendo ignorada, deste modo não estava sendo propriamente ignorada.⁶² (grifo do autor)

Através da leitura dos textos de Lewis, estas questões não ficam muito bem resolvidas. Através de seu esquema geral para regras de acomodação poderíamos dizer que somente o mero mencionar de uma hipótese já é o suficiente para torná-la relevante.⁶³ Lembremos o que ele disse em seu *Scorekeeping* quanto a regras de acomodação:

Se no tempo t alguma coisa é dita que exija o componente Sn do score conversacional para ter algum valor na ordem r , se o que é dito será verdadeiro, ou de algum modo aceitável; e se Sn não tem um valor na ordem r antes de t , e se tais condições suplementares se sustentam; então em t o componente-score Sn toma algum valor na ordem r .⁶⁴

Basta substituir o componente Sn pela hipótese cética e a ordem r pelo contexto em que estamos que veremos a hipótese cética tomar valor ao ser mencionada. Se a hipótese cética não tinha nenhum valor no tempo t , e ao ser dita, é exigido – pelo cético, o qual é um falante do contexto – que ela tome algum valor. A hipótese cética é falsa – de outro modo, ela nunca poderia ser propriamente ignorada, pois a regra da realidade já garantiria sua relevância – como comumente nós cremos, mas de algum modo ela é aceitável, isto é, se a considerarmos veremos que ela faz algum sentido e é possível que ela esteja ocorrendo agora. Sustentando-se estas condições, a hipótese cética toma valor no contexto, isto é, ela passa a ser relevante.

Já no *Elusive Knowledge* ele não especifica esta questão. Quanto à menção de possibilidades, ele só explica quando isto ocorre na mente do sujeito de

⁶² The premise ‘I know that I have hands’ was true in its everyday context, where the possibility of deceiving demons was properly ignored. The mention of that very possibility switched the context midway. The conclusion ‘I know that I am not handless and deceived’ was false in *its* context, because that was a context in which the possibility of deceiving demons was being mentioned, hence was not being ignored, hence was not being properly ignored. In: (LEWIS. 1999, p. 441-442)

⁶³ Em, ele dá um caso e que apenas o mencionar de uma possibilidade muda o contexto, isto é, ao mencionar aquela possibilidade, ela tornou-se relevante.

⁶⁴ If at time t something is said that requires component Sn of conversational score to have a value in the range r if what is said is to be true, or otherwise acceptable; and if Sn does not have a value in the range r just before t ; and if such-and-such further conditions hold; then at t the score-component Sn takes some value in the range r . In: (LEWIS. 1979, p. 347)

atribuição de conhecimento/ignorância. Ao discutir sobre nosso conhecimento das alternativas que nós propriamente ignoramos, ele afirma:

Você nem mesmo precisa praticar epistemologia para fazer ele se esvair. Simplesmente *mencionando* qualquer caso particular desse conhecimento, em voz alta ou mesmo no pensamento silencioso, é um modo de atender à possibilidade ignorada até agora, e por isso vertê-la a não mais ignorada, e desse modo criar um contexto em que não é mais verdadeiro atribuir o conhecimento em questão para você mesmo ou para outros. (Grifo do autor)⁶⁵

Note que do modo como ele fala, parece ser o tipo de situação cartesiana, no sentido em que o sujeito estaria refletindo sobre seu próprio conhecimento. Neste caso, somente por vir em mente uma alternativa que o sujeito tinha anteriormente propriamente ignorado, esta alternativa torna-se automaticamente relevante.

Mas agora observe o problema da atenção por outro lado. Como Lewis explica a elevação de contexto feita pelo cético? A teoria de nosso autor parece explicar isto dizendo que a estratégia do cético é de chamar atenção às suas hipóteses mirabolantes através da menção, uma vez mencionadas, elas passariam de irrelevantes para relevantes. De que outro modo o cético poderia elevar o contexto?

Vendo por este outro lado, bastaria alguém mencionar uma possibilidade anteriormente propriamente ignorada para que ela se torne relevante, pois somente seu mencionar já seria suficiente para modificar o contexto. Apenas a menção daquelas possibilidades anteriormente propriamente ignoradas já é o suficiente para elevar o contexto e fazer com que todos os outros falantes não mais saibam.

Isto nos soa estranho e contraintuitivo. Se isto fosse verdadeiro, bastaria o cético gritar, por exemplo, a hipótese do gênio maligno em um megafone poderosíssimo para todos do mundo, que ele conseguiria tornar todos ignorantes. Sobre esta mesma questão, considere o que afirmou Souza:

⁶⁵ You do not even have to practice epistemology to make it vanish. Simply *mentioning* any particular case of this knowledge, aloud or even in silent thought, is a way to attend to the hitherto ignored possibility, and thereby render it no longer ignored, and thereby create a context in which it is no longer true to ascribe the knowledge in question to yourself or others. In: (LEWIS. 1999, p. 438)

Vejamos um caso e testemos nossas intuições. Um sujeito S vai à feira e vê um tomate no cesto, deste modo S vem a saber que p 'há um tomate no cesto'. Concedendo tudo que for necessário para um contexto ordinário, atribuímos a S o conhecimento de que p. Imaginemos que um filósofo cético que passava pela feira lhe apresente a seguinte possibilidade H 'esta feira é um ambiente manipulado por um gênio ardiloso que faz com que creiamos estar diante de um tomate quando, de fato, vemos uma melancia'. Nesse contexto ordinário a menção dessa possibilidade cética seria capaz de fazer com que S lhe desse atenção, e viesse com isso a perder seu conhecimento de que P? Em contextos ordinários S poderia 'dar com os ombros' para essa hipótese e continuar ignorando-a. (SOUZA. 2011, p. 71)

Suponha que o “dar com os ombros” do caso descrito por Souza seja não considerar seriamente aquela possibilidade. Se isto ocorrer, creio que não há motivos para afirmarmos que S está dando atenção àquela alternativa. Além da menção, parece que atender a uma alternativa tem a ver com considerá-la seriamente. Se no caso supracitado, S considerasse o que o filósofo cético falou como sendo uma piada e começasse a rir, também não diríamos que aquela menção mudou o contexto. Parece que nossas intuições nos dizem que rindo da hipótese cética, ele continua ignorando-a.

O texto do *Scorekeeping* é o texto que Lewis mostra como funciona seu contextualismo, e o *Elusive Knowledge* é uma aplicação do contextualismo expresso naquele texto anterior na teoria do conhecimento.⁶⁶ Se observarmos bem, todas as regras de relevância propostas na teoria de nosso autor seguem aquele esquema geral das regras de acomodação. Porém, aquele esquema geral não é absolutamente verdadeiro, mas somente em parte. Vejamos por que.

Considere o polêmico julgamento de Bruno, o ex-goleiro do Flamengo – o qual o incrementaremos com alguns outros elementos para chegarmos ao fim que queremos: considere que o juiz está considerando a possibilidade de que Bruno e seus amigos tenham matado Eliza Samudio e dado um sumiço em seu corpo. Dada todas as muitas evidências fornecidas pelo promotor de acusação, o juiz e o promotor vem a crer justificada e verdadeiramente que foi exatamente isto que ocorreu. Considere também que as evidências que o juiz e o promotor possuem são capazes de eliminar todas as hipóteses até então relevantes (hipóteses como: ela

⁶⁶ Se Lewis modificou algo no núcleo de sua teoria contextualista, então esta modificação não é muito significativa, pois sua explicação sobre contextualismo em ambos os textos parecem ser o mesmo.

vaijou sem ter avisado os amigos e familiares; ela está brincando de esconde-esconde; etc.) Porém neste momento de desespero de Bruno e seu advogado, o último menciona a alternativa de que o corpo desaparecido de Eliza Samudio foi abduzido por extraterrestres.

Segundo Lewis, no momento em que esta alternativa foi mencionada ela deveria ser tornada relevante, mas nós não diríamos que naquele contexto ela se tornou relevante. As evidências do juiz e do promotor não seriam capazes de eliminar aquela alternativa, porém parece que eles ainda mantêm seu conhecimento. Aquela hipótese levantada pelo advogado é cética, e como todas elas, de algum modo são aceitáveis, porém neste contexto elas não são tornadas salientes pela mera menção.

Aquela possibilidade cética não é tornada relevante porque o próprio contexto parece regular até as alternativas que são ou não “aceitáveis”. Aquela alternativa é de algum modo aceitável, porém não é “aceitável o suficiente” para que seja tornada relevante. Este caso mostra que não é necessário que uma alternativa torne-se relevante somente porque um dos falantes e/ou ouvintes a mencionou. Insistimos novamente em um ponto anteriormente falado neste tópico: para que uma alternativa seja atendida – seja pelos falantes e ouvintes de um contexto, seja por outro sujeito de atribuição de conhecimento ou ignorância que esteja fora do contexto do sujeito – ela tem de ser considerada seriamente. No caso do goleiro Bruno, aquela alternativa não é tornada saliente porque nem o juiz nem o promotor não a consideraram seriamente.

O esquema geral para regras de acomodação não é completamente falso, cremos que ele precisaria apenas de algumas complementações. Não basta que uma alternativa seja “aceitável”, ela precisa ser “suficientemente aceitável”, isto é, o “aceitável” é um termo contextodependente. Além do mais, a atenção a uma alternativa tem a ver também com “considerá-la seriamente”, e não apenas mencioná-la.

Depois disso, lembremo-nos da Regra da Semelhança e a tentativa de resolução do PL pela teoria de Lewis. No fim das contas, não é a Regra da

Semelhança que resolve o PL, mas sim a saliência das possibilidades dentro do contexto.

Lembremos um pedaço de nossa discussão no tópico anterior onde discutimos sobre a explicação de Lewis ao caso do Pobre Bill. Naquele caso, a explicação de porque sabemos que Bill perderá a loteria não é feita através da regra da semelhança, mas sim somente através do PF e da contexto-dependência da saliência daquelas possibilidades. A explicação de porque não sabemos no caso lotérico padrão e porque sabemos no caso do Pobre Bill é que no caso do PL nós estávamos dirigindo nossa atenção à sorte do sujeito, já no caso do pobre Bill, nós estávamos dirigindo nossa atenção ao azar de Bill, assim no primeiro caso a possibilidade de vitória do bilhete que é saliente, no segundo caso os vícios azarados de Bill é que são salientes.

Nos casos discutidos mais acima, note que também foi a saliência que resolveu. No caso cético, no caso da feira proposto por Souza e no caso do goleiro Bruno, sempre foi a saliência que resolveu. No caso cético, quando o cético menciona sua hipótese, e ela passa a ser considerada, então ela passou a ser saliente naquele contexto. No caso da feira proposto por Souza, o “dar com os ombros” mostra que mesmo com a menção, aquela possibilidade não foi tornada saliente no contexto. Igualmente ocorre no caso do goleiro Bruno.

Ora, como mostramos acima, a saliência é capaz de explicar em ambos os casos o porquê do conhecimento/ignorância de S, então porque Lewis afirma que é a Regra da Semelhança que resolve o PL? A Regra da Semelhança é secundária na resolução do PL, ela participa, mas numa segunda instância. Isto é, se em um caso lotérico a semelhança for saliente, então a Regra da Semelhança participará, do contrário ela não participará. No fim das contas, é a saliência que resolveria tudo dentro do caso lotérico.

3.2. Conclusão.

Em primeiro lugar, observamos que o PF pode ser uma boa ferramenta tanto para o epistemista, quanto para o cético. Porém temos que admitir que Lewis consegue se utilizar do PF de modo bastante satisfatório. Lewis se utiliza do PF e da

saliência para explicar como é possível saber em casos lotéricos específicos. Ressalve-se aqui que este princípio é importante na teoria de Lewis, e que sua validade independe do contexto, porém não é através dele que o PL será resolvido. Entretanto, foi através do PF que montamos um caso lotérico que a teoria de Lewis não foi capaz de resolver, no qual sua conclusão afirma o sujeito pode saber uma contradição.

A teoria de Lewis não foi capaz de resolver os dois casos lotéricos que propomos. No primeiro, temos um caso em que a teoria de Lewis diria que S sabe que p , embora p tenha sido verdadeira por sorte. Isto é, o sujeito saberia aquela proposição por sorte, tendo assim uma crença verdadeira e justificada por sorte. O segundo caso é parecido com o PL em sua versão clássica, porém há algumas diferenças. Neste, através do PF chegamos à conclusão de que é possível saber uma contradição. Este segundo caso é problemático porque nenhuma das regras de relevância funcionou para impedir aquela conclusão, muito menos a saliência impediu que ele chegasse àquela conclusão.

Por fim, a Regra da Semelhança de Lewis é obscura, uma vez que seu sentido é ambíguo. O leitor, por si só, não é capaz de chegar a uma conclusão precisa. A dúvida sobre esta regra é se a semelhança saliente entre possibilidades é feita através da evidência do sujeito, ou se é entre a proximidade dos mundos em que ocorrem aquelas possibilidades. Por último, também concluímos que o elemento da teoria de Lewis que resolveria o PL não é a Regra da Semelhança, mas sim a saliência. A regra da semelhança atua apenas em um segundo plano. Sua funcionalidade depende da saliência contextual de uma possibilidade. Assim, o ponto capital da teoria de nosso autor para tentar resolver o PL não é a regra de semelhança, mas sim a saliência.

Creemos que alguns dos problemas encontrados não são relacionados à estrutura da teoria, uma vez que consideramos que a teoria de nosso autor é uma das mais bem sucedidas dentro da epistemologia. Concluímos que os pontos fracos da teoria de Lewis aparecem por conta das obscuridades em alguns pontos do texto, uma vez que em alguns momentos seu texto se mostra confuso. Pensamos que se Lewis tivesse tido hoje a oportunidade de revisar seu *Elusive Knowledge* e

esclarecer estes pontos, sem dúvida sua teoria conseguiria responder àquelas questões levantadas.

Referências bibliográficas:

COHEN, Stewart. Contextualist Solutions to Epistemological Problems: Skepticism, Gettier, and the Lottery. **Australian Journal of Philosophy**. Vol. 76, N° 2, pp. 289-306, 1998.

_____. How to be a fallibilist. **Philosophical Perspectives**, Vol. 2, Epistemology, pp. 91-123, 1988.

DEROSE, Keith. Solving of Skeptical Hypotheses. In: DEROSE, Keith & WARFIELD, Ted A. **Skepticism: A Contemporary Reader**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 183-219.

DRETSKE, Fred. Epistemic Operators. In: DEROSE, Keith & WARFIELD, Ted A. **Skepticism: A Contemporary Reader**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 131-144.

GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? **Analysis**. Vol 23, N° 6, pp. 121-123, 1963.

HAWTHORNE, John. **Knowledge and Lotteries**. Oxford: Clarendon Press, 2004.

_____. Lewis, the lottery and the preface. **Analysis**. Vol. 62, N° 3, pp. 242-251, 2002.

HUME, David. **A treatise of human nature**. 11 ed. Oxford: Clarendon Press, 1960.

KVANVIG, Jonathan. **Epistemic Paradoxes**. In: ROUTLEDGE ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY 1.0. London: Routledge, 1998.

KYBURG, Henry. **“Conjunctivitis”, probability and the logic of rational belief**. Middletown: Wesleyan University Press, 1961.

_____. **Epistemology and Inference**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

LEWIS, David. Elusive Knowledge. In: LEWIS, David. **Papers in metaphysics and epistemology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 418-445.

_____. Scorekeeping in a Language Game. **Journal of Philosophical Logic**. Vol 8, pp. 339-359, 1979.

NOLAN, Daniel. **David Lewis**. Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2005.

NOZICK, Robert. **Philosophical Explanations**. Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1981.

PLATÃO. **Teeteto**. Pará: Ed. Universidade do Pará, 1973.

SAINSBURY, Richard Mark. **Paradoxes**. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SOUZA, Luis Fernando dos Santos. **Um exame da Teoria das Alternativas Relevantes na Epistemologia Contemporânea**. Teresina, 2011. 106 p.
Dissertação (Mestrado em Ética e Epistemologia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Piauí, 2011.